

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxa da blusinha em agosto ..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Taxa das blusinhas" começa a valer em agosto ..... 5

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxa para compras de até US\$ 50 não incidirá sobre medicamentos ..... 7

FOLHA ONLINE - SP  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É preciso harmonizar decisões sobre novos tributos, diz ex-conselheira do Carf (Reforma tributária) ..... 8

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa conclui pagamento da parcela de junho do Bolsa Família ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Os 8 grupos mais privilegiados do serviço público no Brasil, segundo novo livro ..... 11

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Golpe do BPC frauda benefício do INSS depois de roubar dados de idosos; entenda (inss) ..... 22

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com Previdência subirá ao menos R\$ 100 bi em 4 anos com regra de Lula para salário mínimo (salário mínimo) ..... 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Como aumentar a aposentadoria por invalidez em até R\$ 1.500 ..... 27

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula diz que 'nem passa pela cabeça' alterar aposentadoria de militares ..... 29

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco: alternativa para dívida será apresentada antes do recesso ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Neutralidade comprometida na reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA ..... 33

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sefaz prevê perdas de R\$ 134 bilhões ..... 35

Sexta-Feira, 28 de Junho de 2024

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados querem incluir carnes na cesta básica.....36

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária prevê crédito para empresas em serviços de empréstimos e seguros: Inédito no mundo , diz Fazenda ..... 37

O GLOBO ONLINE - RJ - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamento da Argentina aprova pacote de reformas do presidente Javier Milei..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Campos Neto: câmbio "está em linha com outras variáveis" ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC vê economia mais aquecida e eleva projeções para inflação e crédito..... 43

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara Brasil-Alemanha põe reforma tributária em debate..... 45

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula sanciona taxa das blusinhas.....47

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula sanciona taxação de compras internacionais de até 50 dólares.....48

O LIBERAL - BELÉM - PA - ATUALIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A taxação dos superbilionários - CELSO MING..... 49

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desvincular BPC do salário mínimo é medida necessária (Editorial)..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Novo sistema de meta "não aperta nem afrouxa", diz Mello..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

PIB do 1º tri dos EUA é o mais fraco desde 2022..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Juro em 10,5% é suficientemente alto, diz Campos Neto.....53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Com suspensão de cortes da Selic, renda fixa fica no topo..... 56

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO  
ECONOMIA

Decisão do STF sobre a correção do FGTS: reflexos e implicações (Artigo)..... 59

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

|   |    |
|---|----|
| Lula diz que Galípolo "tem toda condição" de presidir o BC.....         | 60 |
| O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA<br>ECONOMIA                           |    |
| BC aumenta para 28% as chances de furar o teto.....                     | 61 |
| O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA<br>ECONOMIA                    |    |
| Ao lado de Lula, Haddad defende manter busca por equilíbrio fiscal..... | 62 |

# Taxa da blusinha em agosto

**VICTOR CORREIA**

A taxaçoão de compras internacionais de até US\$ 50 começa a valer a partir de 1º de agosto.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o projeto de lei que cria o Programa Mover, no qual a tributação foi inserida como um "jabuti" pelo Congresso Nacional. O governo fez duas alterações, que virão por meio de medida provisória: firmou a data de início da mudança e garantiu que os medicamentos comprados por pessoas físicas fiquem isentos da taxaçoão. Até o fechamento desta edição, a MP ainda não havia sido publicada.

O projeto foi sancionado pela manhã, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, no Palácio do Itamaraty.

Lula também sancionou o Marco Regulatório do Fomento à Cultura e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O evento reuniu uma série de ministros e autoridades, como o chefe da Fazenda, Fernando Haddad, e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, que preside o Conselho.

Com a medida, as compras de até US\$ 50 (algo em torno de R\$ 275) em sites internacionais, como Shein e Aliexpress, passam a ser taxados com uma alíquota de 20%. Atualmente, tais produtos estão isentos. Lula criticou a mudança. Entende que se trata de um imposto a mais sobre a população mais pobre. Porém, decidiu manter o acordo estabelecido com o Congresso Nacional pela alíquota em 20%. A taxaçoão mais alta foi uma demanda do setor produtivo e das lojas brasileiras, que reclamam de concorrência desleal com as estrangeiras, especialmente chinesas.

Na quarta-feira, Lula voltou a criticar o texto - um dia antes de o sancionar. "Temos um setor da sociedade brasileira que pode viajar uma vez por mês para o exterior e comprar até US\$ 2.000 sem pagar imposto. Agora, quando chega a sua filha, minha filha, minha esposa, que vai comprar US\$ 50, eu vou taxar? Não é irracional? Não é uma coisa contraditória?", questionou o presidente, em entrevista ao portal Uol.

A equipe econômica do governo, porém, defende a medida, de olho no aumento de arrecadação.

Após o encontro do Conselho, o ministro Padilha e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento,

Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, detalharam a medida. Padilha explicou que o governo adiou em um mês para que a **Receita Federal** adapte o programa Remessa Conforme à mudança.

"A medida provisória é apenas um ajuste na redação. Podia suscitar uma dúvida se existiria taxaçoão para medicamentos importados por pessoas físicas", comentou o ministro. Ele também defendeu a taxaçoão. "Traz isonomia entre quem produz e gera emprego lá fora, e quem produz e gera empregos aqui dentro", pontuou.

"O que o presidente quer é isentar os medicamentos. Que você possa, pessoa física, importar medicamentos para alguns tipos de doenças. Você exclui os medicamentos (da taxaçoão), mas não tem nenhuma alteração em relação aos US\$ 50", disse Alckmin, por sua vez.

Programa Mover O vice-presidente capitaneou a criação do Programa Mover, que dá incentivos fiscais para montadoras de carros que investirem em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. O projeto, porém, acabou sendo ofuscado durante a tramitação após parlamentares incluírem a emenda sobre taxaçoão de compras internacionais no projeto de lei.

A medida, porém, é um dos incentivos mais importantes para o setor automotivo brasileiro, e Alckmin atribuiu ao seu anúncio, em parte, os mais de R\$ 130 bilhões anunciados em investimentos pela indústria.

"O Mover traz um crédito financeiro de R\$ 3,5 bilhões por ano. São R\$ 19 bilhões em cinco anos para a descarbonização, melhorar a eficiência energética e, do outro lado, inovação", disse Alckmin.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# "Taxa das blusinhas" começa a valer em agosto

**THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA E ALICE CRAVO**

O fim da isenção do Imposto de Importação sobre compras no valor de até US\$ 50 por sites de comércio eletrônico começa a valer a partir de 15 de agosto, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E pode afetar aproximadamente R\$ 1 bilhão em encomendas mensais, segundo cálculos realizados pelo GLOBO com base no relatório bimestral do Programa Remessa Conforme, da **Receita Federal**.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre produtos de até US\$ 50. Ela foi incluída no projeto que trata de incentivos à indústria automobilística, chamado de Mover. O governo deve encaminhar nos próximos dias uma medida provisória ao Congresso Nacional para regulamentar a taxaço, estabelecendo a data de vigência. Lula chegou a dizer anteriormente que era contra a taxaço, mas afirmou que havia fechado acordo a respeito do tema com Haddad.

Segundo Haddad, a ideia da nova taxaço é "equilibrar o jogo" entre as empresas varejistas nacionais e internacionais, e não aumentar a arrecadação do governo. A declaração foi dada pelo ministro a jornalistas na saída da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselho, no Palácio do Itamaraty.

A medida foi apelidada de "taxa das blusinhas" porque irá onerar o preço de compras de pequeno valor em sites competitivos, principalmente asiáticos. Entre os itens populares nesse tipo de compra estão peças de vestuário.

## TRIBUTO TOTAL MAIOR

O Imposto de Importação estava zerado para empresas que tivessem aderido ao Remessa Conforme, programa de conformidade para encomendas internacionais criado pela **Receita Federal**. Mesmo com essa isenção, havia a cobrança de uma alíquota de 17% do ICMS (veja o box ao lado), um tributo estadual, para essas compras internacionais.

Agora, além disso, o consumidor terá que pagar 20% de imposto de importação para compras de até US\$

50. Remessas com valor superior a este são tributadas com alíquota de 60%.

A Receita já publicou dois relatórios bimestrais sobre os números do programa Remessa Conforme. Ambos mostram que o volume de encomendas que chegaram ao país no período de dois meses foi de cerca de 30 milhões. Esse número, porém, considera todas as remessas, não só aquelas de até US\$ 50.

## COMPRA BARATA É MAIORIA

Entre fevereiro e março, foram 30,6 milhões de pacotes, dos quais 29,3 milhões foram registrados no programa (96,06%). O valor aduaneiro das encomendas dentro do Remessa Conforme foi de R\$ 2,1 bilhões, mas o imposto devido das encomendas que ultrapassaram US\$ 50 foi de somente R\$73 milhões.

A isenção para compras internacionais de até US\$ 50 foi adotada para incentivar a adesão das empresas de comércio eletrônico do exterior ao Remessa Conforme, que entrou em vigor em agosto de 2023.

Isso porque a Receita identificou no ano passado um modo de atuação de empresas estrangeiras, que estariam enviando compras fatiadas ao Brasil ou em nomes de pessoas físicas para evitar tributação.

O benefício, contudo, causou reação do varejo nacional, que sustentava que a regra criava uma concorrência desleal com os sites estrangeiros, especialmente os asiáticos, como Shein e Shopee. Por isso, a Receita criou o Remessa Conforme. Até o fim de abril, oito empresas faziam parte do programa, incluindo Shein, Shopee, Alibaba, Mercado Livre, Amazon e Magazine Luiza.

Em entrevista coletiva, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, explicou que a MP também vai isentar medicamentos da taxaço.

Saiba quanto você vai pagar

O Imposto de Importação de 20% vai incidir sobre compras com valores abaixo de US\$ 50.

Essas compras já pagam ICMS. imposto estadual,

com alíquota de 17%. O tributo incide sobre o valor total pago, ou seja, inclui o custo do frete. Mas a cobrança do ICMS é feita "por dentro", ou seja, o tributo entra na base de cálculo do próprio imposto. Os 17% viram 20.48%.

Ao comprar uma blusa de R\$90 com frete de R\$ 10, o consumidor pagará, como ICMS, R\$120,48. Com a nova taxa de importação, pagará ainda o imposto de 20%. que incide sobre o valor de compra como ICMS.

A compra de R\$100 custará, com ICMS e Imposto de Importação, R\$144,58. Serão 44.58% de **impostos**, segundo tributaristas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Taxa para compras de até US\$ 50 não incidirá sobre medicamentos

**WELLTON MÁXIMO**

A cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre compras de até US\$ 50 pela internet não incidirá sobre medicamentos comprados por pessoas físicas, anunciou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Segundo ele, uma medida provisória (MP) para esclarecer a isenção será editada nesta sexta-feira (28).

"Do jeito que estava o texto, poderia suscitar uma dúvida se existiria a taxa para medicamentos que são importados por pessoas físicas. Vai sair uma medida provisória, publicada nesta sexta, que deixa claro que importação de medicamentos por pessoas físicas está isento de qualquer taxa adicional. Mantém as regras de isenção hoje", disse Padilha.

De acordo com o ministro, a MP também estabelecerá o início da cobrança da taxa de 20% em 1º de agosto. Ele disse que esse prazo dará tempo para que a **Receita Federal** faça as regulamentações necessárias e adapte os sistemas para a cobrança.

"A medida provisória deixa claro que a vigência é a partir de 1º de agosto. Isso permite a organização da Receita e a própria adaptação das plataformas para que tenha essa cobrança", declarou o ministro, após a assinatura da lei que cria o Programa Mover e instituiu a taxa das compras de até US\$ 50 pela internet..

Durante a cerimônia de assinatura, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também mencionou a necessidade de manter os medicamentos isentos. "O que o presidente Lula quer é excluir os medicamentos porque há pessoa física importando medicamentos para alguns tipos de moléstias, de doenças. Então você exclui os medicamentos", afirmou.

Desde agosto do ano passado, as compras de até US\$ 50 em sites internacionais eram isentas de Imposto de Importação, desde que os sites estivessem inscritos no Programa Remessa Conforme, que garante liberação acelerada da mercadoria. As transações, no entanto, pagavam 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados, com as guias sendo cobradas pelos sites ainda no exterior.

No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a taxa federal de 20% como uma emenda à lei que criou o Programa Mover, de incentivo à indústria automotiva.

O Senado aprovou o texto no início de junho.

Com a sanção da lei, as mercadorias passarão a pagar, além do ICMS, 20% de Imposto de Importação sobre o valor de até US\$ 50 ou 60% caso o produto custe acima desse valor. Para itens entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil, será concedido um desconto de US\$ 20 na tarifa.

**Site:** <https://gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>



# É preciso harmonizar decisões sobre novos tributos, diz ex-conselheira do Carf (Reforma tributária)

As propostas de regulamentação da **reforma tributária** preveem a unificação de decisões sobre o contencioso administrativo do imposto destinado a estados e municípios.

Mas não há garantia de que haverá uma harmonização com os julgamentos do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** sobre a nova contribuição federal sobre bens e serviços, afirma a tributarista Livia Germano, do escritório Barros Pimentel Advogado.

"São dois **tributos** baseados na mesma lei, os critérios são os mesmos, os conceitos são os mesmos, a fiscalização em tese vai ser unificada. Só que na hora de julgar, vai ser diferente?", questiona a tributarista, que foi conselheira do **Carf**. "É ilógico."

O projeto de regulamentação diz que a análise do contencioso do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) na esfera administrativa compete ao comitê gestor desse tributo, formado por representantes de estados e municípios. O julgamento sobre as autuações relativas à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) cabe às delegacias da **Receita Federal** e ao **Carf**.

A advogada afirma que o ponto positivo é a unificação de entendimento sobre o IBS, algo que não existe em dois **tributos** que serão extintos com a reforma, ICMS e ISS. Por outro lado, para que haja harmonização entre decisões divergentes do **Carf** e do Comitê Gestor, é necessária iniciativa do órgão dos governos regionais.

Germano diz que a discussão sobre a lei complementar é uma oportunidade para resolver essa questão.

"Entre estados e municípios, funciona bem, porque juntou todo mundo. Estamos resolvendo um monte de discussão de competência, mas esqueceram da parte de como a CBS conversa com o IBS, já que eles estão na mesma lei."

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Além do projeto do governo (PLP 108), foram apresentadas duas propostas de iniciativa de deputados que também tratam da questão do contencioso administrativo.

Um deles, o PLP 50, propõe um tribunal único para analisar autuações sobre IBS e CBS e uma fase de conciliação prévia antes da aplicação de multas.

A advogada afirma que a reforma deve reduzir o contencioso tributário, mas que isso depende também de uma mudança de cultura dos fiscos e dos contribuintes e seus representantes.

Ela também questiona a ausência de representantes dos contribuintes na instância superior do comitê gestor.

Já as entidades que representam os fiscos são contra a presença de julgadores que não estejam vinculados ao Estado em qualquer desses tribunais, reproduzindo a polêmica que existe em relação ao **Carf**.

Em relação ao IBS, haverá três instâncias dentro do comitê. A primeira será formada apenas por membros das administrações estaduais, distrital e municipais, com 27 câmaras de julgamento virtuais.

Se houver recursos, eles serão analisados pela segunda instância, que terá participação de representantes dos contribuintes de forma paritária com os representantes fazendários, como acontece no **Carf**.

A terceira será uma instância incumbida de uniformizar a jurisprudência administrativa do IBS em âmbito nacional, sem a participação de contribuintes.

A questão da uniformização da CBS e IBS também se aplica ao Judiciário. Para isso, está em discussão um projeto de emenda constitucional.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente.



Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/06/e-preciso-harmonizar-decisoes-sobre-novos-tributos-diz-ex-conselheira-do-carf.shtml>**

# Caixa conclui pagamento da parcela de junho do Bolsa Família

Publicado em 28/06/2024 - 07:15  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal conclui o pagamento da parcela de junho do novo Bolsa Família. Recebem nesta sexta-feira (20) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,75. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançou 20,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,23 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,58 milhões de famílias estão na regra de proteção em junho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,54.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta sexta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 0. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/caixa-conclui-pagamento-da-parcela-de-junho-do-bolsa-familia>

# Os 8 grupos mais privilegiados do serviço público no Brasil, segundo novo livro

No ano passado, 93% dos juizes brasileiros ganharam mais por mês do que os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) - de R\$ 39,3 mil até março de 2023 e depois reajustado para R\$ 41,7 mil, valor que pela Constituição deveria ser o teto do funcionalismo.

Até 2026, os fiscais da **Receita Federal** devem ganhar mais de R\$ 11 mil por mês para além de seus salários na forma de um bônus de eficiência, cujo pagamento independe do desempenho individual de cada auditor fiscal.

Com isso, a categoria poderá receber a partir daquele ano vencimentos de mais de R\$ 40 mil, somando salário e bônus.

Os titulares de cartórios são a categoria profissional com renda mais alta do país - uma média de R\$ 142 mil por mês, segundo dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2022.

Mas, no Distrito Federal, um titular de cartório - cargo provido por concurso público - chega a ganhar em média meio milhão de reais mensais.

Como essas e outras categorias da elite do serviço público conquistaram essas remunerações exorbitantes que, em última instância, são financiadas pelo bolso de todos nós - seja através do pagamento de **impostos** ou do pagamento pela prestação de serviços, no caso dos cartórios?

É o que responde o mestre em economia e doutor em direito Bruno Carazza, em seu novo livro O país dos privilégios - Volume 1: Os novos e velhos donos do poder, lançado pela Companhia das Letras na terça-feira (25/6).

Temos esse modo de funcionamento do Estado brasileiro, que permite que alguns grupos muito bem organizados, com poder de pressão, muito bem articulados com as esferas de poder - no Executivo, no Legislativo e no Judiciário -, consigam extrair do Estado uma série de benefícios, diz Carazza, em entrevista à BBC News Brasil.

É por isso que eu concebi essa obra com três volumes, porque não é algo restrito às carreiras públicas do funcionalismo. É algo também muito bem

explorado pelo setor empresarial e pelas classes mais altas - os ricos e os super ricos, diz o professor da Fundação Dom Cabral, já antecipando os temas de seus próximos volumes, previstos para serem lançados respectivamente em 2025 e 2026.

A meu ver, isso explica muito do nosso atraso, da nossa desigualdade de renda, porque todos esses privilégios são acessíveis a um grupo restrito da sociedade e que acaba concentrando boa parte da renda. E são benefícios que se perpetuam no tempo, acrescenta Carazza.

No primeiro volume de sua trilogia, dedicado aos privilégios no setor público, o pesquisador deixa claro que o problema do Brasil não é de excesso de servidores.

Apesar de o país contar com 10,8 milhões de vínculos formais de trabalho no setor público em 2021, ante 4,8 milhões em 1985 (num crescimento de 124% em 36 anos), o contingente de **servidores públicos** brasileiros não destoa da média internacional, demonstra Carazza.

Entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, os **servidores públicos** representavam em média 17,9% da população economicamente ativa em 2020, cita o analista.

No Brasil, considerando todos os níveis da federação e incluindo os militares, o setor público empregava 12% da força de trabalho do país naquele ano.

Ou seja, menos do que a média dos países ricos e menos até do que os Estados Unidos (14,9%), considerado um país menos estatizante.

No entanto, analisando o peso da remuneração dos servidores na economia, a história é outra.

O Brasil gastava 13% do seu Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2019 com a folha de pagamentos do funcionalismo, acima de países ricos como Alemanha (7,6%), Reino Unido (8,9%), Itália (9,3%) e França (11,8%) e muito acima de vizinhos latino-americanos como México (4,7%) e Chile (7,2%).

Carazza também observa que, embora o setor público

pague em média salários mais altos do que o setor privado, o problema mais grave está no governo federal, onde essa diferença chega a 93,4%, comparando trabalhadores de mesmo gênero, raça, idade, escolaridade, experiência e ocupação nos dois setores.

Nos Estados, o diferencial de salários em favor dos trabalhadores do setor público é de 27,9%.

Já nos municípios - que empregam uma maioria de professores, assistentes sociais, médicos e enfermeiros da saúde pública, atendentes de repartição pública e outros profissionais que atuam no atendimento direto à população - o diferencial chega a ser negativo em -2,46%, conforme estudo dos pesquisadores Gabriel Tenoury e Naercio Menezes Filho, do Insper, citado no livro.

Essas desigualdades internas ao funcionalismo também ficam evidentes quando se analisa a mediana de rendimentos mensais no setor público, nos diferentes poderes e níveis federativos.

Carazza destaca que reconhecer essas diferenças entre os **servidores públicos** é fundamental para pensar qual é a reforma administrativa necessária para o país.

Discussões sobre essa reforma existem desde a Constituinte, lembra o pesquisador.

Depois disso, houve uma reforma no governo Fernando Henrique Cardoso, que foi aprovada, porém, muitos pontos não foram regulamentados. Desde então, não houve nenhuma proposta robusta aprovada pelo Congresso, diz o professor.

Segundo ele, a proposta de reforma apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro (PEC 32/2020), ainda que volta e meia seja lembrada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é considerada por especialistas como uma reforma muito ruim.

Temos um não debate no Brasil a respeito da reforma administrativa, avalia o professor da Fundação Dom Cabral.

É um tema discutido de uma forma muito rasa no país. De um lado, temos aqueles radicais de direita, que entendem que o Estado deve ser o mínimo possível - o que não faz sentido, pois, pelos desafios que temos no Brasil, o Estado é muito necessário, avalia o pesquisador.

De outro, temos várias pessoas na esquerda que têm uma visão de que não se deve mudar nada na forma como o Estado está estruturado hoje. Como se o

Estado não tivesse todas essas distorções, que geram uma má prestação de serviços públicos e uma concentração de renda, agenda que a esquerda se posiciona corretamente contra.

Carazza avalia que, apesar das visões radicais de ambos os lados, que interditam um debate necessário, é possível encontrar pontos comuns para uma reforma administrativa.

No livro, ele analisa duas propostas de reforma, uma elaborada por Armínio Fraga, Ana Carla Abrão e Carlos Ari Sundfeld, especialistas considerados mais ligados ao mercado financeiro; e outra publicada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), organização formada por 37 associações e sindicatos, que representam mais de 200 mil **servidores públicos**.

Quando você vê as propostas apresentadas por esses dois grupos, você vê que há muito mais pontos em comum, do que discordâncias, observa o pesquisador.

Entre esses pontos em comum, que podem servir de norte para uma reforma consensual, ele cita:

Além de pesquisador e professor universitário, Carazza é também ele mesmo funcionário público de carreira, com passagem pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e por diversos órgãos do Ministério da Fazenda.

No entanto, está atualmente licenciado - o que ele também considera uma forma de privilégio.

Por um bom tempo, eu acreditei que muitos dos privilégios que eu tenho, eram fruto do meu mérito, observa o pesquisador.

Ele cita, entre o que considera como privilégios, as universidades públicas onde fez graduação e pós-graduação de forma gratuita; os altos salários que recebeu como servidor público; estar licenciado do setor público, mas com a vaga assegurada se desejar voltar, um benefício que não existe no setor privado; além do fato de receber a maior parte de seus rendimentos atualmente como pessoa jurídica, não estando sujeito à tributação de lucros e dividendos.

Ao longo da minha trajetória, não só no serviço público, mas desde que me licenciéi para atuar com pesquisa, para mim fica cada vez mais claro que, para termos um país mais próspero, justo e sustentável, precisamos repensar esse modelo de distribuição de privilégios para grupos isolados da sociedade, diz Carazza.

Meu propósito neste livro não foi atacar as pessoas ou as empresas que se beneficiam dessa rede de privilégios, mas convidar as pessoas a repensarem esse modelo.

Para repensar nosso modelo de distribuição de benesses, confira oito grupos privilegiados no Brasil, de acordo com o novo livro de Bruno Carazza.

Talvez o Poder Judiciário seja a categoria em que essa questão dos privilégios esteja mais visível hoje em dia, observa o economista.

Ele lembra que o Judiciário tem autonomia funcional e administrativa e que, por isso, não está sujeito a todos os rigores do ajuste fiscal, como está sujeito o Poder Executivo, por exemplo.

Além disso, por se tratarem de juízes, muitas vezes eles arbitram sobre os próprios benefícios.

Isso ajuda a explicar como 93% dos juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores brasileiros tiveram rendimento médio mensal superior aos ministros do STF em 2023, já contabilizados todos os descontos legais.

E por que pelo menos 1.002 magistrados ganharam mais de R\$ 1 milhão no acumulado daquele ano, equivalente a uma renda de R\$ 83 mil por mês.

A explicação é simples: os salários do Judiciário são inflados pelos chamados penduricalhos, uma série de adicionais, auxílios, bonificações e outros pagamentos que turbinam os contracheques dos magistrados Brasil a fora.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por exemplo, em 2023, um magistrado tinha direito a:

Outro exemplo de benefício da categoria são as férias de 60 dias anuais a que os magistrados têm direito, para compensar sua carga de trabalho supostamente exaustiva - o dobro do previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Acontece que boa parte dos juízes prefere não tirar essas férias adicionais, optando por converter os dias extras de férias em dinheiro.

Um único desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, chegou a receber R\$ 649 mil referentes a férias não usufruídas entre 2017 e 2024, isso para além de seus vencimentos básicos, de R\$ 37,6 mil.

Por causa desses benefícios que são criados pelo próprio Judiciário, sem controle dos outros poderes,

esses juízes, às vezes de primeira instância, acabam ganhando muito mais do que um ministro do Supremo, o que não faz sentido, conclui Carazza.

Segundo o pesquisador, membros do Judiciário e do Ministério Público (MP), as duas carreiras jurídicas de elite do Brasil, competem entre si para ver quem turbinam mais seus contracheques.

Assim, sempre que uma categoria conquista um penduricalho, a outra recorre ao STF para pedir a equiparação.

Com isso, os vencimentos das duas carreiras vão se afastando cada vez mais do teto do serviço público e do padrão salarial da sociedade brasileira.

Mas o Ministério Público é ainda mais opaco do que a Justiça quanto à publicação dos rendimentos de seus membros, destaca o analista.

É até uma incoerência, porque o Ministério Público é o órgão que deveria fiscalizar a transparência dos outros [órgãos do poder público], aponta Carazza. Ele fiscaliza a transparência dos outros, mas ele próprio não publica amplamente seus dados.

Mesmo com essa falta de transparência, o pesquisador conseguiu estimar, com base nos dados disponíveis de quatro MPs da União e de 13 MPs estaduais, que 92% dos membros do Ministério Público recebiam acima do teto do funcionalismo em 2023.

E pelo menos 1,2 mil membros do MP ganharam, em média, mais de R\$ 50 mil por mês naquele ano, com os salários turbinados por indenizações, auxílios, gratificações, pagamentos retroativos e aditivos de todo tipo.

Na verdade, essa é uma categoria que não existe formalmente, esclarece Carazza.

Foi uma nomenclatura que surgiu na época da reforma do Estado proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Seriam algumas carreiras que teriam estabilidade contra demissões e uma série de proteções, frente à perspectiva de que funções mais operacionais do serviço público pudessem ser exercidas por empregados celetistas, sem garantia de estabilidade.

Nesse grupo informal estão diplomatas, auditores fiscais da **Receita Federal** e do Trabalho, advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e policiais federais, assim como analistas do Banco Central, do Tesouro Nacional, do Orçamento e da



CGU, além de gestores governamentais e analistas de comércio exterior - para citar apenas as carreiras principais.

Essa ideia não foi para frente, não foi aprovada. Mas essas carreiras meio que se auto intitulam assim, carreiras típicas de Estado , que são carreiras muito poderosas, porque são muito articuladas dentro dos ministérios, e exercem funções muito relevantes para o funcionamento do Estado.

Como estas são carreiras do Executivo, elas estão de fato sujeitas ao teto do funcionalismo - diferentemente do Judiciário e de algumas carreiras do Legislativo que conseguiram contornar a limitação constitucional.

No entanto, essas carreiras têm feito de tudo para ganhar cada vez mais, com salários já muito maiores do que a média geral do serviço público e se aproximando cada vez mais do teto.

Temos observado isso acontecer e é uma situação que, inclusive, tem criado muitos constrangimentos para o próprio governo , observa Carazza.

Por exemplo, a recente greve nas universidades federais e a greve dos gestores ambientais do Ibama expõem essa desigualdade dentro do Poder Executivo.

Essas carreiras costumam ter salários iniciais acima de R\$ 20 mil e topos de carreira que se aproximam ou ultrapassam os R\$ 30 mil - com a possibilidade se chegar ao rendimento máximo em cerca de dez anos, com avaliações de desempenho que são mera formalidade.

Em qualquer ação no Judiciário em que há uma parte ganhadora, o juiz decide um valor que deve ser pago pela parte que perdeu para compensar custos da disputa judicial. São os chamados honorários de sucumbência .

Tradicionalmente, esses valores eram destinados à parte vencedora da ação - a pessoa física, empresa ou União que foi acionada na Justiça e provou que estava correta.

Na advocacia privada, no entanto, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) conseguiu junto ao Congresso a aprovação de uma lei, que determinou que essa verba passasse a ser destinada ao advogado, e não mais à parte vencedora.

Os advogados da União, procuradores da Fazenda e de autarquias federais, e seus colegas nos Estados e municípios, foram então em busca da mesma vantagem, lembra Carazza.

Após algumas tentativas frustradas, a categoria conquistou essa benesse com a aprovação do novo Código de Processo Civil, em 2015.

Desde então, em qualquer ação que a União, Estados ou municípios vençam na Justiça, uma parte do valor que antes ia para os cofres públicos, hoje em dia é distribuído para os advogados públicos federais, estaduais ou municipais , explica o pesquisador.

Isso tem feito com que um advogado público da União, que já tem rendimentos na casa dos R\$ 30 mil, receba todo mês, a título de honorários, um pagamento adicional de cerca de R\$ 12 mil.

Então, hoje em dia, apesar do teto ser respeitado dentro do Poder Executivo, praticamente todos os advogados públicos, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central recebem o teto do ministro do Supremo, o que também não faz muito sentido , aponta o professor.

Os fiscais da **Receita Federal** adotaram estratégia parecida à dos advogados públicos.

Desde 2016, os auditores fiscais conseguiram, em negociação com o governo, que uma parte da receita das multas tributárias arrecadadas e da venda de mercadorias apreendidas fosse destinada a eles mesmos, na forma de um bônus de eficiência e produtividade .

Mas o recebimento desse bônus independe do desempenho individual de cada fiscal e o valor do benefício, que era inicialmente de R\$ 3 mil por mês, deve chegar a R\$ 5 mil no segundo semestre de 2024, R\$ 7 mil em 2025, atingindo finalmente R\$ 11,5 mil mensais por servidor em 2026.

Isso vai fazer com que, novamente, praticamente todo fiscal da **Receita Federal** ganhe o equivalente ao ministro do Supremo , observa Carazza.

Tudo bem incorporar na remuneração uma parcela variável atrelada ao desempenho. Isso, inclusive, é uma boa prática que várias empresas já adotam , pondera o especialista.

Mas não faz sentido ter essa estrutura em que se ganha um salário básico já altíssimo, em torno dos R\$ 30 mil, e mais uma parcela variável que não está atrelada ao desempenho individual de cada um dos setores. Como elas não estão atreladas a uma avaliação efetiva de entrega, de mérito, acabam virando mero penduricalho para turbinar o salário dessas carreiras, que já é bem alto.

Os militares são um exemplo de como os privilégios nem sempre estão restritos à remuneração, observa Carazza.

Ele destaca duas vantagens principais da categoria: a Justiça Militar e o fato de os militares contarem com um regime especial de Previdência - tema que voltou ao debate público recentemente, após a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defender uma reforma no benefício dos militares.

O pesquisador observa que, desde o tempo do Império, os militares têm um ramo próprio da Justiça, originalmente criado para tratar de assuntos ligados à guerra.

Mas, após a redemocratização da América latina, o Brasil é um dos poucos países democráticos da região a manter até hoje um foro militar - o que Carazza avalia como uma excrescência .

Quando os vários países da América Latina encerraram suas ditaduras militares, essas justiças militares foram extintas e causas militares agora são julgadas pela Justiça comum , diz o pesquisador.

Mas, no Brasil, permanecemos com essa estrutura que, com o passar do tempo, foi expandindo suas competências. Então a Justiça Militar deixa de julgar apenas casos relacionados à disciplina militar e começa a julgar casos de crimes envolvendo militares, inclusive em operações com civis.

Carazza destaca ainda que, além de a Justiça Militar ter o costume de absolver ou aplicar penas drasticamente reduzidas aos militares que vão a julgamento por crimes, ela também tem custos completamente desproporcionais ao número de processos que movimenta.

Enquanto o funcionamento do Supremo Tribunal Militar (STM) consumiu cerca de R\$ 600 milhões em 2022, tendo cerca de 3,7 mil processos pendentes, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) custa quase o triplo (R\$ 1,6 bilhão), mas tem quase 70 vezes mais processos em andamento (256 mil).

Na Previdência militar o fenômeno é parecido. Embora o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tivesse o maior peso no déficit previdenciário do governo federal em 2022 (representando 73,3% do déficit total), ele atende a mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas (95,9% do total).

Já o regime de previdência dos militares representava então 13% do déficit, para apenas 519 mil aposentados militares e seus pensionistas (ou 1,6% do total de beneficiários).

Essa é uma briga que nenhum presidente quis comprar ainda , observa Carazza.

Mas vamos ver se o governo Lula vai ter coragem de colocar a mão nesse vespeiro que é atacar os privilégios que os militares têm na questão previdenciária.

A lista de privilégios da classe política é extensa, enumera o professor da Fundação Dom Cabral.

Começa com as cotas parlamentares para custear passagens aéreas, aluguel de veículos, publicidade, pesquisa e consultorias e a manutenção de escritórios em redutos eleitorais.

Passa pelos cargos comissionados, as verbas do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, as emendas parlamentares do Orçamento, e a proteção contra punições gerada pelo sistema de indicações dos tribunais de contas e pela instituição do foro privilegiado.

O resultado de tudo isso é uma condição de concorrência diferente entre o parlamentar eleito e seus adversários num processo eleitoral, considera o pesquisador.

Isso desequilibra o jogo e aumenta as chances de reeleição de um parlamentar que já exerce o cargo. Há um combo de benefícios eleitorais, remuneratórios, de proteção judicial, orçamentários e de cargos, que acabam beneficiando muito a classe política estabelecida.

Por fim, chegamos aos cartórios, incluídas por Carazza à lista por prestarem um serviço por delegação pública, terem a titularidade auferida por concurso público de provas e títulos, mas gerarem lucros (gigantescos) privados.

Aqui a coisa já foi pior, é verdade. No passado, a titularidade dos cartórios passava de pai para filho, com indicações por critérios políticos. Desde a Constituição de 1988, passaram a valer as regras atuais, pondo fim à hereditariedade.

O pesquisador observa, porém, que os titulares de cartórios seguem desfrutando de uma série de privilégios, como o fato de não haver limites para a remuneração, o que leva, por exemplo, ao rendimento de R\$ 500 mil dos donos de cartórios do Distrito Federal, citados no início desse texto.

Embora esse seja um valor fora da curva, não há nenhum Estado da federação onde a remuneração média de um titular de cartório seja inferior a R\$ 40 mil



mensais, segundo os dados da **Receita Federal**.

Além disso, há pouca fiscalização quanto à qualidade dos serviços prestados.

É um serviço que impõe um ônus muito grande para as transações econômicas no Brasil, desde a compra e venda de imóveis, transferências de veículos, abertura de uma empresa, até atos corriqueiros de firmas e contratos.

Então é uma atividade com uma remuneração altíssima, pouco regulada e que onera em termos de tempo e de custo, de uma forma muito significativa, a população brasileira em geral.

Carazza avalia que algumas soluções possíveis aqui incluiriam a limitação dos rendimentos de cartórios; eliminação de exclusividades territoriais nos registros de imóveis; a padronização da qualidade do atendimento; e a digitalização da escrituração.

Há um amplo caminho para baratear e elevar a eficiência das trocas na economia brasileira.

No ano passado, 93% dos juizes brasileiros ganharam mais por mês do que os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) - de R\$ 39,3 mil até março de 2023 e depois reajustado para R\$ 41,7 mil, valor que pela Constituição deveria ser o teto do funcionalismo.

Até 2026, os fiscais da **Receita Federal** devem ganhar mais de R\$ 11 mil por mês para além de seus salários na forma de um bônus de eficiência, cujo pagamento independe do desempenho individual de cada auditor fiscal.

Com isso, a categoria poderá receber a partir daquele ano vencimentos de mais de R\$ 40 mil, somando salário e bônus.

Os titulares de cartórios são a categoria profissional com renda mais alta do país - uma média de R\$ 142 mil por mês, segundo dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2022.

Mas, no Distrito Federal, um titular de cartório - cargo provido por concurso público - chega a ganhar em média meio milhão de reais mensais.

Como essas e outras categorias da elite do serviço público conquistaram essas remunerações exorbitantes que, em última instância, são financiadas pelo bolso de todos nós - seja através do pagamento de **impostos** ou do pagamento pela prestação de serviços, no caso dos cartórios?

É o que responde o mestre em economia e doutor em direito Bruno Carazza, em seu novo livro O país dos privilégios - Volume 1: Os novos e velhos donos do poder, lançado pela Companhia das Letras na terça-feira (25/6).

Temos esse modo de funcionamento do Estado brasileiro, que permite que alguns grupos muito bem organizados, com poder de pressão, muito bem articulados com as esferas de poder - no Executivo, no Legislativo e no Judiciário -, consigam extrair do Estado uma série de benefícios, diz Carazza, em entrevista à BBC News Brasil.

É por isso que eu concebi essa obra com três volumes, porque não é algo restrito às carreiras públicas do funcionalismo. É algo também muito bem explorado pelo setor empresarial e pelas classes mais altas - os ricos e os super ricos, diz o professor da Fundação Dom Cabral, já antecipando os temas de seus próximos volumes, previstos para serem lançados respectivamente em 2025 e 2026.

A meu ver, isso explica muito do nosso atraso, da nossa desigualdade de renda, porque todos esses privilégios são acessíveis a um grupo restrito da sociedade e que acaba concentrando boa parte da renda. E são benefícios que se perpetuam no tempo, acrescenta Carazza.

No primeiro volume de sua trilogia, dedicado aos privilégios no setor público, o pesquisador deixa claro que o problema do Brasil não é de excesso de servidores.

Apesar de o país contar com 10,8 milhões de vínculos formais de trabalho no setor público em 2021, ante 4,8 milhões em 1985 (num crescimento de 124% em 36 anos), o contingente de **servidores públicos** brasileiros não destoa da média internacional, demonstra Carazza.

Entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, os **servidores públicos** representavam em média 17,9% da população economicamente ativa em 2020, cita o analista.

No Brasil, considerando todos os níveis da federação e incluindo os militares, o setor público empregava 12% da força de trabalho do país naquele ano.

Ou seja, menos do que a média dos países ricos e menos até do que os Estados Unidos (14,9%), considerado um país menos estatizante.

No entanto, analisando o peso da remuneração dos servidores na economia, a história é outra.

O Brasil gastava 13% do seu Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2019 com a folha de pagamentos do funcionalismo, acima de países ricos como Alemanha (7,6%), Reino Unido (8,9%), Itália (9,3%) e França (11,8%) e muito acima de vizinhos latino-americanos como México (4,7%) e Chile (7,2%).

Carazza também observa que, embora o setor público pague em média salários mais altos do que o setor privado, o problema mais grave está no governo federal, onde essa diferença chega a 93,4%, comparando trabalhadores de mesmo gênero, raça, idade, escolaridade, experiência e ocupação nos dois setores.

Nos Estados, o diferencial de salários em favor dos trabalhadores do setor público é de 27,9%.

Já nos municípios - que empregam uma maioria de professores, assistentes sociais, médicos e enfermeiros da saúde pública, atendentes de repartição pública e outros profissionais que atuam no atendimento direto à população - o diferencial chega a ser negativo em -2,46%, conforme estudo dos pesquisadores Gabriel Tenoury e Naercio Menezes Filho, do Insper, citado no livro.

Essas desigualdades internas ao funcionalismo também ficam evidentes quando se analisa a mediana de rendimentos mensais no setor público, nos diferentes poderes e níveis federativos.

Carazza destaca que reconhecer essas diferenças entre os **servidores públicos** é fundamental para pensar qual é a reforma administrativa necessária para o país.

Discussões sobre essa reforma existem desde a Constituinte, lembra o pesquisador.

Depois disso, houve uma reforma no governo Fernando Henrique Cardoso, que foi aprovada, porém, muitos pontos não foram regulamentados. Desde então, não houve nenhuma proposta robusta aprovada pelo Congresso, diz o professor.

Segundo ele, a proposta de reforma apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro (PEC 32/2020), ainda que volta e meia seja lembrada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é considerada por especialistas como uma reforma muito ruim.

Temos um não debate no Brasil a respeito da reforma administrativa, avalia o professor da Fundação Dom Cabral.

É um tema discutido de uma forma muito rasa no país.

De um lado, temos aqueles radicais de direita, que entendem que o Estado deve ser o mínimo possível - o que não faz sentido, pois, pelos desafios que temos no Brasil, o Estado é muito necessário, avalia o pesquisador.

De outro, temos várias pessoas na esquerda que têm uma visão de que não se deve mudar nada na forma como o Estado está estruturado hoje. Como se o Estado não tivesse todas essas distorções, que geram uma má prestação de serviços públicos e uma concentração de renda, agenda que a esquerda se posiciona corretamente contra.

Carazza avalia que, apesar das visões radicais de ambos os lados, que interditam um debate necessário, é possível encontrar pontos comuns para uma reforma administrativa.

No livro, ele analisa duas propostas de reforma, uma elaborada por Armínio Fraga, Ana Carla Abrão e Carlos Ari Sundfeld, especialistas considerados mais ligados ao mercado financeiro; e outra publicada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), organização formada por 37 associações e sindicatos, que representam mais de 200 mil **servidores públicos**.

Quando você vê as propostas apresentadas por esses dois grupos, você vê que há muito mais pontos em comum, do que discordâncias, observa o pesquisador.

Entre esses pontos em comum, que podem servir de norte para uma reforma consensual, ele cita:

Além de pesquisador e professor universitário, Carazza é também ele mesmo funcionário público de carreira, com passagem pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e por diversos órgãos do Ministério da Fazenda.

No entanto, está atualmente licenciado - o que ele também considera uma forma de privilégio.

Por um bom tempo, eu acreditei que muitos dos privilégios que eu tenho, eram fruto do meu mérito, observa o pesquisador.

Ele cita, entre o que considera como privilégios, as universidades públicas onde fez graduação e pós-graduação de forma gratuita; os altos salários que recebeu como servidor público; estar licenciado do setor público, mas com a vaga assegurada se desejar voltar, um benefício que não existe no setor privado; além do fato de receber a maior parte de seus rendimentos atualmente como pessoa jurídica, não estando sujeito à tributação de lucros e dividendos.

Ao longo da minha trajetória, não só no serviço público, mas desde que me licenciei para atuar com pesquisa, para mim fica cada vez mais claro que, para termos um país mais próspero, justo e sustentável, precisamos repensar esse modelo de distribuição de privilégios para grupos isolados da sociedade, diz Carazza.

Meu propósito neste livro não foi atacar as pessoas ou as empresas que se beneficiam dessa rede de privilégios, mas convidar as pessoas a repensarem esse modelo.

Para repensar nosso modelo de distribuição de benesses, confira oito grupos privilegiados no Brasil, de acordo com o novo livro de Bruno Carazza.

Talvez o Poder Judiciário seja a categoria em que essa questão dos privilégios esteja mais visível hoje em dia, observa o economista.

Ele lembra que o Judiciário tem autonomia funcional e administrativa e que, por isso, não está sujeito a todos os rigores do ajuste fiscal, como está sujeito o Poder Executivo, por exemplo.

Além disso, por se tratarem de juízes, muitas vezes eles arbitram sobre os próprios benefícios.

Isso ajuda a explicar como 93% dos juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores brasileiros tiveram rendimento médio mensal superior aos ministros do STF em 2023, já contabilizados todos os descontos legais.

E por que pelo menos 1.002 magistrados ganharam mais de R\$ 1 milhão no acumulado daquele ano, equivalente a uma renda de R\$ 83 mil por mês.

A explicação é simples: os salários do Judiciário são inflados pelos chamados penduricalhos, uma série de adicionais, auxílios, bonificações e outros pagamentos que turbinam os contracheques dos magistrados Brasil a fora.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por exemplo, em 2023, um magistrado tinha direito a:

Outro exemplo de benefício da categoria são as férias de 60 dias anuais a que os magistrados têm direito, para compensar sua carga de trabalho supostamente exaustiva - o dobro do previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Acontece que boa parte dos juízes prefere não tirar essas férias adicionais, optando por converter os dias extras de férias em dinheiro.

Um único desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, chegou a receber R\$ 649 mil referentes a férias não usufruídas entre 2017 e 2024, isso para além de seus vencimentos básicos, de R\$ 37,6 mil.

Por causa desses benefícios que são criados pelo próprio Judiciário, sem controle dos outros poderes, esses juízes, às vezes de primeira instância, acabam ganhando muito mais do que um ministro do Supremo, o que não faz sentido, conclui Carazza.

Segundo o pesquisador, membros do Judiciário e do Ministério Público (MP), as duas carreiras jurídicas de elite do Brasil, competem entre si para ver quem turбина mais seus contracheques.

Assim, sempre que uma categoria conquista um penduricalho, a outra recorre ao STF para pedir a equiparação.

Com isso, os vencimentos das duas carreiras vão se afastando cada vez mais do teto do serviço público e do padrão salarial da sociedade brasileira.

Mas o Ministério Público é ainda mais opaco do que a Justiça quanto à publicação dos rendimentos de seus membros, destaca o analista.

É até uma incoerência, porque o Ministério Público é o órgão que deveria fiscalizar a transparência dos outros [órgãos do poder público], aponta Carazza. Ele fiscaliza a transparência dos outros, mas ele próprio não publica amplamente seus dados.

Mesmo com essa falta de transparência, o pesquisador conseguiu estimar, com base nos dados disponíveis de quatro MPs da União e de 13 MPs estaduais, que 92% dos membros do Ministério Público recebiam acima do teto do funcionalismo em 2023.

E pelo menos 1,2 mil membros do MP ganharam, em média, mais de R\$ 50 mil por mês naquele ano, com os salários turbinados por indenizações, auxílios, gratificações, pagamentos retroativos e aditivos de todo tipo.

Na verdade, essa é uma categoria que não existe formalmente, esclarece Carazza.

Foi uma nomenclatura que surgiu na época da reforma do Estado proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Seriam algumas carreiras que teriam estabilidade contra demissões e uma série de proteções, frente à

perspectiva de que funções mais operacionais do serviço público pudessem ser exercidas por empregados celetistas, sem garantia de estabilidade.

Nesse grupo informal estão diplomatas, auditores fiscais da **Receita Federal** e do Trabalho, advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e policiais federais, assim como analistas do Banco Central, do Tesouro Nacional, do Orçamento e da CGU, além de gestores governamentais e analistas de comércio exterior - para citar apenas as carreiras principais.

Essa ideia não foi para frente, não foi aprovada. Mas essas carreiras meio que se auto intitulam assim, carreiras típicas de Estado , que são carreiras muito poderosas, porque são muito articuladas dentro dos ministérios, e exercem funções muito relevantes para o funcionamento do Estado.

Como estas são carreiras do Executivo, elas estão de fato sujeitas ao teto do funcionalismo - diferentemente do Judiciário e de algumas carreiras do Legislativo que conseguiram contornar a limitação constitucional.

No entanto, essas carreiras têm feito de tudo para ganhar cada vez mais, com salários já muito maiores do que a média geral do serviço público e se aproximando cada vez mais do teto.

Temos observado isso acontecer e é uma situação que, inclusive, tem criado muitos constrangimentos para o próprio governo , observa Carazza.

Por exemplo, a recente greve nas universidades federais e a greve dos gestores ambientais do Ibama expõem essa desigualdade dentro do Poder Executivo.

Essas carreiras costumam ter salários iniciais acima de R\$ 20 mil e topos de carreira que se aproximam ou ultrapassam os R\$ 30 mil - com a possibilidade se chegar ao rendimento máximo em cerca de dez anos, com avaliações de desempenho que são mera formalidade.

Em qualquer ação no Judiciário em que há uma parte ganhadora, o juiz decide um valor que deve ser pago pela parte que perdeu para compensar custos da disputa judicial. São os chamados honorários de sucumbência .

Tradicionalmente, esses valores eram destinados à parte vencedora da ação - a pessoa física, empresa ou União que foi acionada na Justiça e provou que estava correta.

Na advocacia privada, no entanto, a Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) conseguiu junto ao Congresso a aprovação de uma lei, que determinou que essa verba passasse a ser destinada ao advogado, e não mais à parte vencedora.

Os advogados da União, procuradores da Fazenda e de autarquias federais, e seus colegas nos Estados e municípios, foram então em busca da mesma vantagem, lembra Carazza.

Após algumas tentativas frustradas, a categoria conquistou essa benesse com a aprovação do novo Código de Processo Civil, em 2015.

Desde então, em qualquer ação que a União, Estados ou municípios vençam na Justiça, uma parte do valor que antes ia para os cofres públicos, hoje em dia é distribuído para os advogados públicos federais, estaduais ou municipais , explica o pesquisador.

Isso tem feito com que um advogado público da União, que já tem rendimentos na casa dos R\$ 30 mil, receba todo mês, a título de honorários, um pagamento adicional de cerca de R\$ 12 mil.

Então, hoje em dia, apesar do teto ser respeitado dentro do Poder Executivo, praticamente todos os advogados públicos, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central recebem o teto do ministro do Supremo, o que também não faz muito sentido , aponta o professor.

Os fiscais da **Receita Federal** adotaram estratégia parecida à dos advogados públicos.

Desde 2016, os auditores fiscais conseguiram, em negociação com o governo, que uma parte da receita das multas tributárias arrecadadas e da venda de mercadorias apreendidas fosse destinada a eles mesmos, na forma de um bônus de eficiência e produtividade .

Mas o recebimento desse bônus depende do desempenho individual de cada fiscal e o valor do benefício, que era inicialmente de R\$ 3 mil por mês, deve chegar a R\$ 5 mil no segundo semestre de 2024, R\$ 7 mil em 2025, atingindo finalmente R\$ 11,5 mil mensais por servidor em 2026.

Isso vai fazer com que, novamente, praticamente todo fiscal da **Receita Federal** ganhe o equivalente ao ministro do Supremo , observa Carazza.

Tudo bem incorporar na remuneração uma parcela variável atrelada ao desempenho. Isso, inclusive, é uma boa prática que várias empresas já adotam , pondera o especialista.

Mas não faz sentido ter essa estrutura em que se ganha um salário básico já altíssimo, em torno dos R\$ 30 mil, e mais uma parcela variável que não está atrelada ao desempenho individual de cada um dos setores. Como elas não estão atreladas a uma avaliação efetiva de entrega, de mérito, acabam virando mero penduricalho para turbinar o salário dessas carreiras, que já é bem alto.

Os militares são um exemplo de como os privilégios nem sempre estão restritos à remuneração, observa Carazza.

Ele destaca duas vantagens principais da categoria: a Justiça Militar e o fato de os militares contarem com um regime especial de Previdência - tema que voltou ao debate público recentemente, após a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defender uma reforma no benefício dos militares.

O pesquisador observa que, desde o tempo do Império, os militares têm um ramo próprio da Justiça, originalmente criado para tratar de assuntos ligados à guerra.

Mas, após a redemocratização da América latina, o Brasil é um dos poucos países democráticos da região a manter até hoje um foro militar - o que Carazza avalia como uma excrescência .

Quando os vários países da América Latina encerraram suas ditaduras militares, essas justiças militares foram extintas e causas militares agora são julgadas pela Justiça comum , diz o pesquisador.

Mas, no Brasil, permanecemos com essa estrutura que, com o passar do tempo, foi expandindo suas competências. Então a Justiça Militar deixa de julgar apenas casos relacionados à disciplina militar e começa a julgar casos de crimes envolvendo militares, inclusive em operações com civis.

Carazza destaca ainda que, além de a Justiça Militar ter o costume de absolver ou aplicar penas drasticamente reduzidas aos militares que vão a julgamento por crimes, ela também tem custos completamente desproporcionais ao número de processos que movimenta.

Enquanto o funcionamento do Supremo Tribunal Militar (STM) consumiu cerca de R\$ 600 milhões em 2022, tendo cerca de 3,7 mil processos pendentes, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) custa quase o triplo (R\$ 1,6 bilhão), mas tem quase 70 vezes mais processos em andamento (256 mil).

Na Previdência militar o fenômeno é parecido. Embora o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tivesse o

maior peso no déficit previdenciário do governo federal em 2022 (representando 73,3% do déficit total), ele atende a mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas (95,9% do total).

Já o regime de previdência dos militares representava então 13% do déficit, para apenas 519 mil aposentados militares e seus pensionistas (ou 1,6% do total de beneficiários).

Essa é uma briga que nenhum presidente quis comprar ainda , observa Carazza.

Mas vamos ver se o governo Lula vai ter coragem de colocar a mão nesse vespeiro que é atacar os privilégios que os militares têm na questão previdenciária.

A lista de privilégios da classe política é extensa, enumera o professor da Fundação Dom Cabral.

Começa com as cotas parlamentares para custear passagens aéreas, aluguel de veículos, publicidade, pesquisa e consultorias e a manutenção de escritórios em redutos eleitorais.

Passa pelos cargos comissionados, as verbas do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, as emendas parlamentares do Orçamento, e a proteção contra punições gerada pelo sistema de indicações dos tribunais de contas e pela instituição do foro privilegiado.

O resultado de tudo isso é uma condição de concorrência diferente entre o parlamentar eleito e seus adversários num processo eleitoral, considera o pesquisador.

Isso desequilibra o jogo e aumenta as chances de reeleição de um parlamentar que já exerce o cargo. Há um combo de benefícios eleitorais, remuneratórios, de proteção judicial, orçamentários e de cargos, que acabam beneficiando muito a classe política estabelecida.

Por fim, chegamos aos cartórios, incluídas por Carazza à lista por prestarem um serviço por delegação pública, terem a titularidade auferida por concurso público de provas e títulos, mas gerarem lucros (gigantescos) privados.

Aqui a coisa já foi pior, é verdade. No passado, a titularidade dos cartórios passava de pai para filho, com indicações por critérios políticos. Desde a Constituição de 1988, passaram a valer as regras atuais, pondo fim à hereditariedade.

O pesquisador observa, porém, que os titulares de



cartórios seguem desfrutando de uma série de privilégios, como o fato de não haver limites para a remuneração, o que leva, por exemplo, ao rendimento de R\$ 500 mil dos donos de cartórios do Distrito Federal, citados no início desse texto.

Embora esse seja um valor fora da curva, não há nenhum Estado da federação onde a remuneração média de um titular de cartório seja inferior a R\$ 40 mil mensais, segundo os dados da **Receita Federal**.

Além disso, há pouca fiscalização quanto à qualidade dos serviços prestados.

É um serviço que impõe um ônus muito grande para as transações econômicas no Brasil, desde a compra e venda de imóveis, transferências de veículos, abertura de uma empresa, até atos corriqueiros de firmas e contratos.

Então é uma atividade com uma remuneração altíssima, pouco regulada e que onera em termos de tempo e de custo, de uma forma muito significativa, a população brasileira em geral.

Carazza avalia que algumas soluções possíveis aqui incluiriam a limitação dos rendimentos de cartórios; eliminação de exclusividades territoriais nos registros de imóveis; a padronização da qualidade do atendimento; e a digitalização da escrituração.

Há um amplo caminho para baratear e elevar a eficiência das trocas na economia brasileira.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/06/6887074-os-8-grupos-mais-privilegiados-do-servico-publico-no-brasil-segundo-novo-livro.html>**

# Golpe do BPC frauda benefício do INSS depois de roubar dados de idosos; entenda (inss)

Um novo golpe contra segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) utiliza o BPC (Benefício de Prestação Continuada) para roubar dados dos cidadãos e conseguir a concessão fraudulenta de benefícios.

O BPC é uma renda assistencial no valor de um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412, pago a idosos a partir dos 65 anos e pessoas com deficiência que sejam de baixa renda. Para receber, não precisa ter contribuído com a **Previdência Social**.

O golpe foi denunciado por um servidor do serviço social no Rio de Janeiro. Segundo ele, falsários enviaram mensagens de SMS e WhatsApp a idosos informando que já podiam ter acesso ao benefício.

Os cidadãos abordados, no entanto, não deram entrada no pedido nem teriam esse direito.

Na mensagem enviada aos trabalhadores, os criminosos estabelecem dia, hora e local para que o segurado faça o pagamento de um boleto de cobrança pelo "serviço" que teria sido prestado por eles.

O golpista pede ainda que sejam enviadas cópias de documentos pessoais para que a liberação da renda possa ser feita. A lista de documentação exigida incluiu CPF e RG, por exemplo.

Com esses dados em mãos, é possível se cadastrar como procurador e receber a renda de quem esperava pelo benefício ou ainda fazer um pedido ao **INSS** e ter a concessão, caso a vítima tenha direito.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Em seu site, o **INSS** divulgou a mensagem que está sendo enviada pelos golpistas. Veja abaixo o que os criminosos dizem, na tentativa de convencer os idosos a passar a documentação pessoal.

Prezado(a) FULANO DE TAL, tudo bem?

Sou sicrano representante do financeiro da NOME DA EMPRESA.

O seu benefício está liberado para recebimento no dia (02.07.2024 às 09:30).

Necessito que compareça ao banco na data e horário acima com os seguintes documentos:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- RG
- CPF
- Comprovante de residência

ENDEREÇO DO BANCO

Banco: ITAÚ

Endereço: XXXXXX, Nº X - Campos dos Goytacazes - RJ

DADOS FINANCEIROS

Valor liberado pelo **INSS**: R\$ 895,00

Valor do escritório: R\$ 423,60

BOLETO PARA PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO ESCRITÓRIO

Será encaminhado um boleto após todas as confirmações.

PEÇO QUE LEIA TUDO COM ATENÇÃO E ME CONFIRME SE ESTÁ TUDO CERTO, PARA QUE EU POSSA GERAR O BOLETO. QUALQUER DÚVIDA ESTOU À DISPOSIÇÃO. RESPONDEREI DE VOLTA ASSIM QUE POSSÍVEL.

Em abril, o **INSS** emitiu alerta sobre falsários se passando por funcionários do órgão. A denúncia foi feita em São Paulo, por um servidor do instituto.

Os golpistas estavam se passando por servidores,



indo até a casa das vítimas com falsos crachás para realizar a "prova de vida presencial", solicitando dados e foto dos beneficiários.

O segurado deve ficar atento e nunca atender "funcionários" do instituto em suas casas. Isso porque o órgão não envia trabalhadores de porta em porta. Além disso, nenhum benefício será cortado neste ano por falta de prova de vida até o dia 31 de dezembro.

A prova de vida ou fé de vida mudou. Desde 2022 é obrigação do **INSS** comprovar que o beneficiário está vivo por meio do cruzamento de dados federais, estaduais, municipais e instituições, como vacinação, consultas médicas, empréstimo consignado e muitas outras formas.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/golpe-do-bpc-frauda-beneficio-do-inss-depois-de-roubar-dados-de-idosos-entenda.shtml>**

# Gasto com Previdência subirá ao menos R\$ 100 bi em 4 anos com regra de Lula para salário mínimo (salário mínimo)

Alvo preferencial da revisão de gastos defendida pela equipe econômica, a **Previdência Social** terá um aumento de ao menos R\$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo próprio governo de Luiz Inácio Lula da Silva ( PT ).

Em dez anos, o impacto será ainda maior e chegará a R\$ 550 bilhões, segundo cálculos do economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Para ele, o efeito prático da regra anula boa parte do ganho conquistado com a reforma da Previdência de 2019.

No ano que vem, as despesas com benefícios previdenciários (sem incluir sentenças judiciais) devem beirar os R\$ 972 bilhões, segundo estimativas preliminares do governo. O valor ainda não considera potenciais economias com revisão de benefícios.

Só o ganho real do salário mínimo é responsável por cerca de R\$ 12 bilhões do aumento. O impacto da regra é crescente ao longo dos anos e, de acordo com parâmetros do próprio Executivo, pode somar R\$ 131 bilhões entre 2025 e 2028.

No ano passado, Lula propôs e o Congresso aprovou uma fórmula permanente de correção anual do salário mínimo.

O modelo prevê o reajuste pela **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 12 meses até novembro do ano anterior, mais a taxa de crescimento real do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Neste ano, por exemplo, o piso teve uma expansão de 3% acima da **inflação**. Em 2025, o ganho real será de 2,9%, mesma variação do **PIB** observada no ano passado.

Trata-se da mesma fórmula adotada em outras gestões do PT. No governo de Jair Bolsonaro (PL), o salário mínimo teve reajuste apenas pela **inflação** .

Lula e integrantes da equipe econômica argumentam

que a regra busca ampliar o poder de compra dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades.

Já os economistas e até mesmo alguns integrantes do governo ponderam que é preciso enfrentar o debate da consequência da regra sobre a trajetória de gastos. Dois terços dos benefícios previdenciários equivalem a um salário mínimo. Eles representam quase 44% da despesa total.

Além de criar desafios para a Previdência, a expansão pressiona o limite do novo arcabouço fiscal , que cresce em ritmo mais lento (até 2,5% acima da **inflação**).

Na visão de um desses integrantes do governo, não se trata de impor soluções extremas, como o fim da valorização real ou a desvinculação dos benefícios, mas discutir saídas intermediárias -como um reajuste real mais moderado.

"Essa mudança da regra tem efeitos absolutamente devastadores para o futuro da **Previdência Social**", afirma Giambiagi à Folha. Segundo ele, a nova regra do salário mínimo desloca para cima a curva de gastos do **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social), que já era crescente mesmo com a reforma da Previdência.

"A reforma de 2019 não foi feita para reduzir a despesa do **INSS**. Todo mundo sabia que a despesa do **INSS** continuaria a aumentar", diz o economista. Ele também questiona a eficácia dessa política no atual estágio do mercado de trabalho.

Para ele, o governo terá de recuar mais cedo ou mais tarde e rever o modelo de correção a partir de 2026, apesar do discurso contrário do governo.

O economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo) entende que a indexação do salário mínimo e da Previdência é importante, mas o ganho real deveria ser menor. "Talvez fosse mais razoável reajustar de acordo com o crescimento do **PIB** per capita, que está mais próximo da produtividade", diz.

Lula já avisou aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) que não aceita mudanças na política de valorização do mínimo, nem desvincular os benefícios. Ele também manifestou publicamente essa posição nesta quarta-feira (27), em entrevista ao portal UOL.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Integrantes da equipe econômica ecoaram a orientação do presidente. "A despesa pública não é determinada só pela variação do salário mínimo. Obviamente ela é importante, mas é um componente social importante. Dado que o governo entende que ele é um componente central, precisamos adequar a condução da política fiscal a esse pilar", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também na quarta.

Ele negou que, sem mudar a política do salário mínimo, o governo ficará "enxugando gelo" com outras medidas para conter despesas enquanto o piso impulsiona os gastos da Previdência em igual ou maior medida.

Depois de passar um ano e meio sem focar na agenda de corte de despesas, as equipes da Fazenda e do Planejamento se uniram para apresentar ao presidente um cardápio de medidas.

Nas últimas reuniões com os ministros da JEO (Junta de Execução Orçamentária), a orientação de Lula a Haddad e Tebet é que as propostas tenham foco na responsabilidade social e não atinjam os mais pobres.

Giambiagi avalia que Lula é vítima do que classifica como restrições autoimpostas. Além de propor a política de valorização do salário mínimo, não aproveitou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) aprovada na transição de governo para buscar uma solução para a correção dos pisos da saúde e educação.

" [A política de valorização] O salário mínimo simplesmente era um assunto que não estava em pauta. Ninguém tratou do assunto durante seis anos. Bolsonaro, com todas as atrocidades que falou durante quatro anos, teve 49% e tantos de votos sem dar um único aumento real do salário mínimo, fora o período do governo **Temer**", diz

O economista avalia que ninguém no futuro deixaria de votar em Lula ou no PT pela questão do salário mínimo. "Era uma não questão que o presidente Lula,

preso a uma concepção antiga, colocou gratuitamente na mesa com um efeito devastador", afirma.

Para ele, uma saída seria Lula dizer que cumpriu a palavra com aumentos importantes durante três anos e, daí em diante, mudar a regra.

Giambiagi avalia ainda que a estratégia de Haddad para a revisão de gastos está confusa. Na sua avaliação, falta um roteiro que aponte o caminho de onde o governo está aonde se quer chegar.

"Em qualquer negociação política, você tem que fazer alguns atalhos, algumas mudanças de rota. Mas tanto ele [Haddad] como a ministra Simone estão soltando assuntos sem a menor base e sem a menor discussão", afirma o economista. Ele chama esse processo de hiperatividade paralisante.

Em recente debate organizado pelo FGV Ibre, o diretor-presidente do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), Paulo Tafner, chamou a atenção para um fator complicador para as contas da Previdência: a trajetória de envelhecimento mais acelerada do que o previsto inicialmente, segundo os dados do Censo Demográfico 2022.

"Teremos pela frente desafios maiores do que aqueles originalmente imaginados quando da reforma de 2019", alertou Tafner.

Para ele, além do problema demográfico, os desafios do mercado de trabalho serão bastante intensos diante do cenário de erosão do financiamento tradicional da Previdência no Brasil.

A redução da taxa de fecundidade no Brasil, menor do que a de países da Europa Ocidental, também é fator adverso para as contas da Previdência. "A população vai entrar em declínio muito antes do que imaginado", disse. "Já na década de 30, a população vai começar a atingir o máximo e depois começa a declínio." Se isso se concretizar, seriam sete anos antes do que estava previsto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

O empresariado quer subsídios e privilégios para si e dane-se o trabalhador..

Quem se aposentou, tem direito a correção justa. Que procurem outros 'lugares' para cortar. Mordomias do judiciário/legislativo, pensão de filhas de milicos e por ai vai.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/gasto-com-previdencia-subira-ao-menos-r-100-bi-em-4-anos-com-regra-de-lula-para-salario-minimo.shtml>**

# Como aumentar a aposentadoria por invalidez em até R\$ 1.500

A aposentadoria por invalidez é uma modalidade garantida a todos os trabalhadores que deixaram de ter condições de trabalhar por conta de doença ou acidente que tenham sofrido. O que muitos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) não sabem é que o valor do benefício pode ser aumentado a depender das características da incapacidade que o trabalhador infelizmente adquiriu.

O benefício pode ser elevado em 25% até o limite do "teto do **INSS**". Desde janeiro desse ano, os valores mensais pagos pelo órgão federal não podem passar de R\$ 7.786,02. Desse modo, o aumento pode chegar até a cifra de R\$ 1.557,20.

A reportagem ouviu especialistas sobre como funciona o recebimento desse benefício e quais situações dão direito ao aumento. Confira as regras da aposentadoria por invalidez e do adicional de 25%.

Quem tem direito ao benefício?

A aposentadoria por invalidez passou a ser chamada de aposentadoria por incapacidade permanente desde que foi promovida a Reforma da Previdência em 2019. Trata-se de um benefício voltado aos segurados do **INSS** e **servidores públicos** que perderam a capacidade de trabalhar

"É necessário que a perda da capacidade de trabalho seja total e definitiva. Também não deve ter a possibilidade de você seguir trabalhando em outra função diferente da que trabalhava. O direito ao benefício está relacionado ao acidente que uma pessoa tenha sofrido ou a doença que tenha afetado ela. Também defende do trabalho que era exercido", explica João Valença, advogado previdenciário do VLV Advogados.

Uma lesão comum exemplifica como é decidido se um segurado do **INSS** tem direito ou não à aposentadoria. É possível pensar em uma mulher que tenha sofrido um acidente de carro no qual lesionou as suas duas mãos. A segurada do **INSS** trabalha como secretária e utiliza os membros para tarefas junto ao computador.

"Contudo, se um laudo médico apontar que ela deve recuperar os movimentos das mãos após fazer fisioterapia, ela não terá direito ao benefício. A perda da capacidade de trabalho não é definitiva", afirma

Thiago de Pauli Pacheco, advogado previdenciário do De Pauli Pacheco Advocacia Previdenciária.

Quais doenças dão direito ao benefício?

Apesar de a aposentadoria envolver cada caso específico, há algumas doenças graves que sempre dão direito ao benefício.

Entre elas, estão a tuberculose; o AVC (Acidente Vascular Encefálico); a insuficiência renal (nefropatia grave); hanseníase; AIDS; esclerose múltipla; alienação mental (esquizofrenia e demência, por exemplo); doença de Paget no estado avançado, que afeta os ossos; e a hepatopatia grave, que afeta o fígado.

"Há ainda outras doenças como o câncer; a doença de Parkinson; cegueira; paralisia definitiva e que incapacita a capacidade de trabalho; doenças no coração; a espondiloartrose anquilosante, que consiste em dores fortes na coluna vertebral; um abdome agudo cirúrgico, que causa dor na região abdominal; e a contaminação por radiação", enumera Andrea Cruz, advogada previdenciária do Andrea Cruz Advogados. "A chave para entender se a doença dá direito ou não é quanto e como ela te incapacitou de trabalhar."

Quanto vou receber de aposentadoria?

O valor que o segurado do **INSS** vai receber mensalmente depende de você ter passado a ter o direito antes ou depois da Reforma da Previdência. E isso está relacionado às contribuições que ele fez ao órgão federal.

Essas contribuições ocorrem de forma automática com o desconto na folha de pagamento em trabalhos com carteira assinada. No caso do MEI (microempreendedor individual), ela acontece por meio da DAS, a guia de pagamento de **tributos** dos microempreendedores. Também é possível contribuir de forma autônoma ao pagar carnê do **INSS**.

"A Reforma da Previdência mudou bastante como as contribuições dos segurados entram no cálculo e eles saíram perdendo com as mudanças. Quem já tinha o direito de se aposentar antes dela entrar em vigor, em 13 de novembro de 2019, pode contar com as regras antigas. Depois disso, o valor caiu bastante", critica o

advogado João Valença.

A aposentadoria é calculada com base em uma média dos salários recebidos pelo trabalhador ou outras contribuições feitas a partir de julho de 1994. E a regra anterior à reforma desconsiderava as 20% menores contribuições. O valor pago era o mesmo que a média calculada.

Contudo, desde novembro de 2019, o valor da aposentadoria corresponde a apenas 60% da média e sem os valores menores serem desconsiderados. O percentual sobe em 2% para cada ano de trabalho da mulher que passar de 15 anos ou, no caso do homem, que ultrapassar 20 anos. Uma segurada que tenha trabalhado 16 anos, por exemplo, receberá o equivalente a 62% da média das suas contribuições.

O advogado Thiago de Pauli dá a dica de que há ainda uma brecha para se utilizar de regra mais vantajosa. É possível contar com o cálculo correspondente a 100% da média quando a capacidade de trabalho foi perdida por conta de acidente ocorrido ou doença desenvolvida devido ao trabalho.

"Nesse caso, trata-se da mesma regra anterior à Reforma da Previdência com a exceção de que não são mais descartadas as 20% menores contribuições", explica.

O adicional de 25%

O aumento é possível caso o segurado do **INSS** necessite de uma pessoa para lhe auxiliar no dia a dia em razão da sua situação após ter perdido a capacidade de trabalhar. É o caso de uma pessoa que ficou tetraplégica, por exemplo, ou perdeu a visão.

As regras do **INSS** também citam outras situações difíceis como a perda de ao menos nove dedos das mãos; a paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; a perda dos membros inferiores acima dos pés quando não for possível colocar prótese; uma doença que faça com que a pessoa tenha que permanecer sempre em repouso; e a perda de uma das mãos e de dois pés.

Outros casos são a perda de um membro superior e outro inferior; e a alteração grave nas faculdades mentais com impacto no pensamento, memória e criatividade, por exemplo. É possível que qualquer situação garanta o direito, ainda que não listada pelo **INSS**, desde que demande o auxílio de outra pessoa no dia a dia.

O pedido do adicional deve ser feito ao **INSS**, que irá pedir que o segurado passe por uma perícia médica. O exame tem o objetivo de avaliar o caso específico da

pessoa que já recebe a aposentadoria por invalidez.

O advogado previdenciário Erick Magalhães, do Magalhães & Moreno Advogados, afirma que há hoje uma tendência de o **INSS** negar esse tipo de pedido por conta de erros nas perícias. É possível recorrer junto ao próprio órgão ou ingressar na Justiça para que ela obrigue o **INSS** a conceder o adicional.

É comum que o Judiciário decida a favor do segurado do **INSS** quando ele realmente tem direito ao aumento. "No processo judicial, após analisar os documentos apresentados, o juiz irá solicitar a avaliação de outro médico. Geralmente, são convocados peritos judiciais especializados nos acidentes e doenças que atingem os trabalhadores. Já os médicos do **INSS** costumam atuar como clínico geral", critica.

Conhecer como funcionam as regras da autarquia também é fundamental para diminuir as chances de o **INSS** negar o pedido. "É importante reunir todos os documentos necessários para enviar no aplicativo ou portal Meu **INSS**, como os relatórios médicos que demonstram a sua situação", orienta o especialista.

(\*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/como-aumentar-a-aposentadoria-por-invalidez-em-ate-r-1500,79e15182ea3212162e5630ae60bbbba15szjyr22.html>



# Lula diz que 'nem passa pela cabeça' alterar aposentadoria de militares

**Carla Araújo**

Os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica já foram avisados: o governo Lula (PT) não tem a intenção de mexer na aposentadoria dos militares.

O recado foi transmitido pelo ministro da Defesa, José Múcio, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A possibilidade foi levantada pela equipe econômica, encampada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. O plano seria incluir a revisão no pacote de corte de gastos que ela e o colega Fernando Haddad (Fazenda) devem entregar a Lula no início de julho.

"Eu falei pro Múcio: 'pode avisar aos comandantes que isso nem passa pela minha cabeça'", contou o presidente ao UOL, na última quarta-feira, após conceder entrevista exclusiva. Apesar de se mostrar disposto a evitar problemas com as Forças Armadas, o presidente ponderou que também pediu ao ministro que segurasse qualquer pressão vinda da caserna: "Falei pra não ficarem pressionando".

Questionado se passou a mensagem de Lula adiante, o ministro respondeu que sim. "Eu passei para os comandantes. O presidente Lula sabe que o regime dos militares é diferente. E disse mesmo que é algo que não passa pela cabeça dele de jeito nenhum, que não está no radar", afirmou Múcio à coluna.

O ministro defende que não há razões para que se mexa na aposentadoria apenas dos militares, mas admite que se o tema for mais amplo, as Forças Armadas podem sentar para negociar. "Os militares são diferentes dos civis. Não há na lei deles hora extra, por exemplo, há mobilidades geográficas e eles têm que estar sempre de prontidão", afirmou.

A equipe econômica discorda de Múcio, com base no relatório do TCU (Tribunal de Contas de União), divulgado no início do mês. O texto, que Tebet e Haddad usaram como base para conversar sobre gastos com Lula, aponta que o gasto per capita do regime previdenciário dos militares chega a ser 16 vezes maior do que o dos civis, pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Segundo o tribunal, os militares geram um déficit anual

de R\$ 158,8 mil por beneficiário. Já os aposentados ou pensionistas custam cerca de R\$ 9,4 mil por ano ao **INSS**. Os **servidores públicos** civis estão no meio termo: R\$ 69 mil por ano, cada um.

As regras especiais para os militares após o fim da carreira causaram um déficit de quase R\$ 50 bilhões ao governo em 2023, segundo dados levantados pelo TCU.

O rombo total causado pelo regime civil é maior (R\$ 315,7 bilhões), mas o déficit da previdência militar é proporcionalmente maior. A contribuição dos civis corresponde a 92% da receita previdenciária obtida pelo governo, contra 1% dos militares. Ao falar do déficit, porém, os militares correspondem a 12% do total, contra 74% dos civis.

trecho do relatório do TCU

A ofensiva da equipe econômica na tentativa de mexer com a aposentadoria militar causou inquietação nos quartéis. Fontes das Forças Armadas ouvidas pela coluna admitiram que as movimentações do governo para que se mexa nos direitos existentes causa preocupação, desde a base da carreira até os já aposentados.

Um grupo informal com especialistas em previdências das três forças - Exército, Marinha e Aeronáutica - elaborou um documento com o intuito de mostrar principalmente onde estariam ancorados os direitos previdenciários dos militares. O ministro da Defesa já conhece o teor do documento e deve mostrá-lo ao presidente. Não há, porém, uma data para a apresentação.

Em 24 páginas, o 'Caderno de Orientação aos Agentes da Administração' sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas tenta justificar a diferenciação entre os sistemas de aposentadoria militar e civil. A existência do documento foi revelada pela jornalista Jussara Soares, da CNN, e a coluna também teve acesso a ele.

trecho do documento produzido pelo Exército em maio de 2024

As Forças Armadas destacam ainda no documento os pontos que acreditam justificar o sistema atual.



Alegam que os militares se expõem a uma atividade que pode apresentar risco de vida e que exige uma dedicação integral e exclusiva.

"O militar encontra-se em disponibilidade permanente durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, podendo, inclusive, ter suas férias interrompidas nos casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem ou de extrema necessidade do serviço", destaca o relatório.

trecho do documento produzido pelo Exército em maio de 2024

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2024/06/28/lula-aposentadoria-militares-entrevista-uol.htm>

# Pacheco: alternativa para dívida será apresentada antes do recesso

**THIAGO BONNA**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o projeto alternativo ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para equacionar a dívida de cerca de R\$ 170 bilhões de Minas Gerais com a União deve ser apresentado no Senado antes do recesso parlamentar de julho. A proposta de lei complementar foi apresentada pelo senador para análise dos ministérios da Fazenda e das Relações Institucionais, que a aprovaram, e agora aguarda a autorização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que deve ocorrer no início da próxima semana. O anúncio foi feito durante coletiva de imprensa, após reunião com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Tadeu Martins Leite (MDB), e outros deputados, para avaliar a proposta alternativa ao RRF que tramita no Legislativo.

Mesmo com a proximidade do fim do prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para adesão de Minas ao RRF, Pacheco demonstrou tranquilidade e disse que tentará votar tudo até 20 de julho, data limite para que o governo estadual retome o pagamento das parcelas. O governo de Minas já fala em pedir mais prazo ao STF. "Esse projeto, em linhas gerais, foi muito bem recebido pelo governo do estado. (...) Todos os personagens sentados à mesa, governos dos estados, Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Casa Civil, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado, todos compreendendo que é um programa muito bem sustentado para dar solução para esse problema da dívida" afirmou Pacheco, após a reunião na Assembleia, que incluiu também o líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados, Odair Cunha (PT-MG).

"Estamos na iminência de concretização de um programa para pagamento efetivo da dívida, não o arremedo de pagamento, que é o Regime de Recuperação Fiscal que, no final das contas, só faz avolumar a dívida, com sacrifício enorme de **servidores públicos**", declarou Pacheco. O senador anunciou três pontos centrais para o projeto alternativo. O primeiro trata da possibilidade de os estados endividados entregarem à União ativos para pagamento e amortização da dívida. "Esses ativos serão elencados nessa lei complementar, que envolvem recebíveis, créditos judiciais, imóveis, recursos de crédito da previdência, créditos

decorrentes da Lei Kandir, capital acionário, um rol de ativos que podem ser entregues em forma de pagamento", informou o senador.

Inicialmente avaliada em quase R\$ 15 bilhões, em 1998, o valor da dívida que estava sujeita a juros e correção monetária começou a crescer de forma considerável, tendo passado por diversas tentativas de renegociação e prorrogação do pagamento, chegando ao estágio atual, que já foi classificado pelo governador Romeu Zema (Novo) como "impagável", j avaliação compartilhada pelo presidente do Senado.

"Todos sabemos que (a dívida) se avolumou muito por dois fatores. Primeiro, pelos juros incidentes nessa dívida do estado, que é igual para todos, mas também pelo fato de que, durante seis anos, nós, mineiros, não termos pagado essa dívida em função de uma liminar do Supremo Tribunal Federal. O que fez com que a dívida fosse de pouco mais de R\$ 100 bilhões para pouco mais de R\$ 170 bilhões", afirmou Pacheco.

O segundo ponto trata da dispensa de recebimento de juros da dívida pelo governo federal, desde que os estados endividados façam investimentos em educação, infraestrutura e segurança pública. "A União concorda em não receber absolutamente nada de juros, garantindo a possibilidade de perdão de parte desses juros, em função dos ativos entregues como forma de pagamento, e se o estado demonstrar que está investindo em educação, ensino profissionalizante, segurança pública e infraestrutura. O estado poderá, em vez de pagar os juros, reverter em investimento no seu próprio território", relatou o senador.

fundo

E, por fim, Pacheco anunciou que será criado um fundo que irá receber porcentagem da dívida dos estados endividados que vai beneficiar todos os estados. "O terceiro ponto é a constituição de um fundo, que abarca os 26 estados e o Distrito Federal, a partir de 1% dos juros do pagamento das dívidas. (...) Será revertido para todos os estados, inclusive para Minas Gerais. (...) Caso se concretize e o governo concorde, será de fato a compreensão de que o governo federal está permitindo que nada desses juros venha para a União e sim para os estados, tanto os endividados quanto os não endividados", afirmou.

Mesmo com menos de um mês para que a tramitação da lei complementar seja concluída, Rodrigo Pacheco afirma que tentará cumprir o prazo, mas que, caso não consiga, deve pedir mais tempo. Na última quarta-feira, o parlamentar se reuniu com secretários do governo Zema, que sugeriram propor, de forma conjunta com o governo federal, ao Supremo um alongamento de mais 120 dias, conforme disse o secretário de Governo, Gustavo Valadares. "Tenho muita fé de que as coisas se resolvam dentro do prazo. Obvio que um projeto de lei complementar, com indagação de alguma complexidade, os senadores e deputados vão querer debater. (...) Vamos trabalhar para que a conclusão aconteça até o fim do prazo, mas, não acontecendo, tenhamos a responsabilidade de levar ao Supremo um pedido de dilatação do prazo para que isso seja conversado", concluiu o presidente do Congresso Nacional.

"Estamos na iminência de concretização de um programa para pagamento efetivo da dívida, não o arremedo de pagamento, que é o Regime de Recuperação Fiscal, que, no final das contas, só faz avolumar a dívida, com sacrifício enorme de **servidores públicos**"

Rodrigo Pacheco Presidente do Senado, em entrevista ao lado do presidente da Assembleia Legislativa, Tadeu Leite

**Site:** <https://digital.em.com.br>

# Neutralidade comprometida na reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA

**Marcelo Jabour Rios**

Marcelo Jabour Rios é doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP, com pós-doutoramento pela Universidade de Salamanca/Espanha (Centro de Estudos Brasileiros de la Universidad de Salamanca)

O princípio da neutralidade passou a integrar as limitações ao poder de tributar, figurando como princípio informador do IVA-Dual, substituto dos principais **tributos** incidentes sobre o consumo no país.

A despeito dos conceitos doutrinários, a neutralidade na tributação indireta visa não impactar as decisões econômicas dos contribuintes, evitar a incidência em cascata ao reconhecer o direito de dedução dos **tributos** das etapas anteriores e não permitir que estes sejam suportados pelos contribuintes de direito, meros gestores dessa obrigação.

A modificação do sistema tributário nacional, ainda em curso no Congresso Nacional, embora enfatize o princípio da neutralidade, compromete sua plena efetivação ao contrariar esses três pilares básicos.

Primeiramente, as operações imunes, isentas ou sujeitas a alíquota zero não permitirão a apropriação de crédito para uso nas operações subsequentes e acarretarão a anulação do crédito relativo às operações anteriores (exceto exportação e alíquota 0%), ocasionando resquícios de cumulatividade. Embora esse defeito tenha sido tolerado para o ICMS, regido pela regra da não cumulatividade, agora compromete a plena concretização da neutralidade.

No mesmo sentido, a solução proposta para empresas enquadradas no Simples Nacional, bem como a equivocada manutenção da sistemática da substituição tributária prospectiva, passível de alcançar o IBS e a CBS, também contribuem para o comprometimento da neutralidade fiscal.

No Simples Nacional, a solução adequada seria a autorização para o reconhecimento dos créditos integrais desses **tributos** aos adquirentes, sem que o empresário fosse obrigado a optar por calculá-los fora do regime simplificado. A proposta atual estimula o esvaziamento do tratamento diferenciado e fere a ideia de neutralidade ao fomentar o desequilíbrio

concorrencial, considerando que a ampliação das oportunidades de creditamento tornará a avaliação dos créditos (integrais ou parciais) um elemento decisivo nas aquisições.

Quanto à substituição tributária, é grave equívoco sua manutenção no texto constitucional, por ser naturalmente incompatível com o novo modelo proposto. A cobrança no início do ciclo econômico conflita com o princípio da tributação no destino, exigirá complexos repasses ao ente federado final, contrariando o princípio da simplicidade adotado pela reforma. Ademais, do ponto de vista do substituído, a sistemática afronta a não cumulatividade, ocasionando acúmulo de créditos.

Mas o golpe de misericórdia emerge do PLP 68/2023 ao condicionar os créditos dos contribuintes à efetiva comprovação do pagamento do tributo para todas as operações entre contribuintes. Inova porque a redação da EC132/2023 deixou transparecer que a lei complementar "poderia estabelecer hipóteses em que o aproveitamento ficaria condicionado a essa verificação", dando a impressão de que a norma, em casos excepcionais, delimitaria as circunstâncias.

Em termos práticos, todos os créditos estarão sujeitos à comprovação do pagamento do tributo, que poderá ocorrer por quatro modalidades distintas: compensação entre débitos e créditos; efetivo recolhimento pelo contribuinte; por meio de liquidação financeira (split payment) ou pagamento pelo adquirente.

Mas qual hipótese eleger?

Para mitigar os males que esse modelo poderá causar, sugere-se adotar o método que separa o valor do tributo do preço, no momento da liquidação financeira, destinando diretamente ao ente tributante. Assim, restaria assegurado o imediato reconhecimento do crédito, liberando o destinatário do ônus da comprovação de que o tributo foi recolhido aos cofres públicos, mediante pagamento ou compensação promovida pelo remetente.

O controverso mecanismo de split payment representa uma ruptura ao modelo atual de apuração dos **tributos**, impactará o fluxo de caixa dos contribuintes e possivelmente comprometerá a neutralidade que se

almeja. Mesmo que venha a ser aplicado de forma dosada e individualizada por operação, em tempo real, resultará em acertos entre as partes e, por parte dos Fiscos, a restituição estará condicionada à inexistência de débitos por parte do contribuinte. Ademais, não se reconhece entre as modalidades de pagamento os depósitos judiciais, implicando vedação de creditamento daqueles que ousarem negociar com quem exerça o direito constitucional de recorrer ao Judiciário contra exigências contrárias ao ordenamento jurídico.

Se o ovo da serpente já estava presente no texto inaugural da reforma, agora é apresentado como um mecanismo eficiente de combate à sonegação fiscal, garantia ao direito de reconhecimento ao crédito amplo e, ao mesmo tempo, capaz de contribuir para a redução das alíquotas do IBS/CBS, devido à sua eficiência na arrecadação. Candidata-se a impressionar o mundo por sua avançada tecnologia destinada a vigiar e a punir os contribuintes.

Experiências mundiais mostram que os projetos de reformas fiscais exitosos foram aqueles que apresentaram o conjunto da obra desde o início, tornando transparentes os interesses e objetivos pretendidos, sem espaço para futuras surpresas ou ambiguidades. Não seguimos essa cartilha e permitimos que aspectos importantes fossem definidos em posteriores leis complementares, capazes de revelar, aos poucos, interesses eclipsados.

Se realmente queremos alinhar o país às melhores práticas de tributação sobre o consumo, adotadas por aqueles que utilizam **tributos** neutros, plurifásicos e verdadeiramente não cumulativos, devemos combater os desvios que se apresentam.

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1&section=2)

# Sefaz prevê perdas de R\$ 134 bilhões

**Silvana Bazani, João Freitas**

Mato Grosso terá perda acumulada de R\$ 134 bilhões no decorrer dos próximos 50 anos com a regulamentação da **Reforma Tributária**. Segundo projeções da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), apresentadas nesta quinta-feira, 27, durante evento realizado na Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt) sobre os impactos da mudança na **legislação tributária** brasileira, a perda de receita e participação na arrecadação global de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) poderá evoluir de uma queda de 2,07% em 2033 para retração de 6,20% em 2042.

Atualmente a arrecadação de ICMS em Mato Grosso representa 3% do recolhimento deste imposto em todo o país. Nos últimos 27 anos, Mato Grosso liderou o crescimento na arrecadação do principal tributo estadual sobre o consumo, afirma o secretário adjunto da Receita Pública do Estado, Fábio Pimenta.

"Saímos de uma participação de 1,4% para 3% (na arrecadação de ICMS no país). Mas, com a Reforma corremos o risco de retroceder e algumas indústrias saírem ou diminuir a produção em Mato Grosso". Diretor da Fiemt, Vinícius Saragiotto acrescenta que a **reforma tributária** irá impactar as indústrias mato-grossenses de várias maneiras. "A lógica tributária que a gente utiliza em Mato Grosso, que é através da produção, passa a existir através do consumo. Então, todo o ambiente de negócios em que a gente está inserido será alterado. A mudança vai ser brutal, não só nos setores tributários, como nos setores de marketing, comercial e demais setores das empresas", diz.

## TAXA DAS BLUSINHAS

Lei que estabelece a taxação de 20% para compras internacionais acima de US\$ 50 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa quinta-feira, 27. A medida, que passa a valer a partir de 1º de agosto, atende a diversos setores comerciais, que alegavam concorrência desleal com a isenção às empresas estrangeiras.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo, o restabelecimento do imposto manterá milhares de empresas e empregos, gerando riqueza dentro do país e fortalecendo a indústria nacional. A cobrança do tributo para itens adquiridos no exterior é vista por empresários do setor como um "primeiro passo", mas

ainda insuficiente para estabelecer equidade concorrencial.

Com a forte desvalorização do real ante o dólar, o entendimento é de que as lojas de fora têm maior lastro para praticar preços mais atrativos ao consumidor.

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Deputados querem incluir carnes na cesta básica

Os deputados do grupo de trabalho (GT) do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) da **reforma tributária** devem incluir as carnes na cesta básica isenta de **tributos**.

Não está descartado também que a discussão se estenda até a hora em que o texto estiver em debate no plenário da Câmara.

Quando enviou o projeto ao Congresso Nacional, o governo deixou de fora qualquer tipo, seja a bovina ou a de frango, por exemplo, da lista de itens da cesta isenta. A ausência dos itens causou críticas do agronegócio e de supermercados, que defendem uma cesta isenta de **impostos** mais ampla.

No texto original, as carnes entram em outra categoria de redução de alíquota em 60%, mas não na cesta zerada de **impostos**.

Agora, uma ala do GT defende que todas os produtos do tipo sejam incluídos, o que ainda não encontra consenso dentro da Câmara.

Há inclusive quem defenda o critério de que as proteínas "mais caras" sejam compradas da agricultura familiar, para ajudar o pequeno produtor.

**Site:** <https://gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>



# Reforma tributária prevê crédito para empresas em serviços de empréstimos e seguros: Inédito no mundo , diz Fazenda

*Por Alexandre Martello, Lais Carregosa, Thiago Resende, g1 e TV Globo - Brasília*

O projeto de regulamentação da **reforma tributária**, enviado em abril ao Congresso Nacional, vai manter o peso dos **impostos** sobre o setor financeiro - a chamada carga tributária -, por ao menos cinco anos.

Ou seja, a carga de **impostos** que o setor financeiro hoje paga pelos **serviços** que oferece de intermediação financeira será mantida.

Mas, ao mesmo tempo, a proposta também diz que as concessões de crédito pelos bancos, assim como as operações de seguros e de arrendamento mercantil (o leasing , aluguel com opção de compra ao final do contrato), terão recuperação de crédito nos futuros **impostos** sobre valor agregado (CBS do governo federal e IBS dos estados e municípios).

Esses futuros **impostos** não serão cumulativos, ao contrário do que ocorre hoje. Ser cumulativo significa pagar imposto sobre imposto em uma mesma operação.

Logo, se o projeto for aprovado como está, as empresas poderão receber de volta os **impostos** pagos nessas operações. A medida pode tornar as operações mais baratas, o que seria uma vantagem em relação ao atual sistema.

De acordo com o Ministério da Fazenda, esse modelo é inédito no mundo. Valerá para as empresas, não para pessoas físicas (veja detalhes de como vai funcionar mais abaixo).

No caso das empresas, vai reduzir muito em relação ao que tem hoje, porque as empresas vão passar a ter direito de recuperar crédito IBS e da CBS quando tomarem uma operação de crédito, quando se endividarem no banco. E isso não existe hoje, aliás em país nenhum do mundo , declarou o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, ao g1 e à TV Globo.

Além disso, pela proposta, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de seguro

deixará de ser cobrado a partir de 2027.

Com o seguro, a mesma coisa: paga hoje tributo, a empresa não recebe. E paga ainda IOF, que vai deixar de existir em 2027 , acrescentou o secretário.

Para as pessoas físicas, Appy afirmou que o objetivo é manter a carga tributária do sistema atual -- embora a definição da alíquota a ser cobrada tenha ficado para um projeto posterior.

Não vai aumentar nada por exemplo no crédito para pessoa física. Vai manter exatamente a carga que tem hoje. Isso já está escrito no projeto de lei complementar , declarou.

Como vai funcionar a tributação dos bancos e seguradoras

?? Atualmente, as empresas do setor financeiro pagam uma alíquota de 4,65% em PIS e Cofins, cumulativa. Relembrando: ser cumulativo significa que o imposto é pago em cima de imposto ao longo de uma operação e, por consequência, a tributação não gera créditos para as empresas. Essa tributação se reflete no chamado spread dos bancos, que é a diferença entre o que pagam pelos recursos e o valor cobrado de seu cliente. O fato de ser cumulativo encarece o crédito para o cliente.

?? Além disso, no sistema atual, as tarifas e comissões são tributadas pelo ISS municipal. Há exclusões e isenções especiais para companhias de seguro, fundos de pensão privados, empresas de capitalização e cooperativas de crédito.

?? Pela proposta enviada ao Congresso Nacional, as empresas do setor financeiro continuarão pagando IVA cumulativo (sem ter direito a crédito) sobre a intermediação financeira, cuja alíquota será definida posteriormente, em lei complementar (para manter a atual carga tributária do setor). A inadimplência e as receitas com tarifas ficarão de fora da cobrança.

?? Modelo adotado no Brasil será pioneiro , segundo o texto do projeto de regulamentação da **reforma tributária**, pois o padrão na Europa é não taxar

serviços financeiros (com exceção de alguns países, como Alemanha e França, entre outros, que exercem a opção de taxar alguns serviços). Já a África do Sul isenta a margem financeira dos serviços, mas tributa na forma de tarifas e comissões.

**Bancos não queriam taxaço**

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse que o país perdeu a oportunidade de reduzir a tributação sobre o consumo dos bancos e, com isso, diminuir a carga tributária sobre empréstimos.

O Brasil, sobretudo quando da tramitação da PEC 45, poderia ter aproveitado a oportunidade para poder reduzir a carga tributária sobre o crédito. Não estamos tratando de tributação corporativa, de IR e CSLL. Nenhum privilégio se buscava para os bancos. Poderíamos aproveitar a oportunidade, enquanto país, para reduzir o custo do crédito, o custo da intermediação financeira. Tudo de carga fiscal que incide no crédito é repassado ao consumidor, disse Isaac Sidney, da Febraban.

O critério de manter a carga tributária dos bancos, por ao menos cinco anos, foi definido na emenda constitucional, aprovada no ano passado. Neste momento, o Legislativo se debruça sobre a regulamentação da reforma, ou seja, o detalhamento, mas não pode alterar os pontos já aprovados em 2023.

A Febraban calcula que, cerca de 21% do spread financeiro médio, entre 2019 e 2021, refere-se aos **tributos** -- que a **reforma tributária** busca manter -- e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), um tipo de seguro no caso de quebra de instituições. O spread financeiro é a diferença entre a taxa de captação dos bancos, ou seja, quanto eles pagam pelos recursos, e o valor cobrado dos seus clientes pelos empréstimos. A Febraban diz que, junto com o Brasil, somente outros cinco países taxam a intermediação financeira com **tributos** sobre o consumo: Argentina, Filipinas, Taiwan, Tailândia e Coreia do Sul. A Febraban avalia que é imperativo que o novo sistema não resulte em qualquer aumento de carga tributária.

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, observou que, na Europa, os serviços financeiros são de fato isentos. Acrescentou que o Brasil, porém, já tributa muito os serviços financeiros, na comparação com outros países. O que a gente está dizendo, no projeto, é que, essa tributação que existe hoje sobre intermediação financeira, vai ser mantida no novo modelo, afirmou.

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), por sua vez, solicitou, entre outros pedidos, a não incidência de IBS e CBS (futuros **impostos** sobre o consumo) sobre as receitas financeiras das seguradoras e operadoras de planos de saúde, uma vez que essas receitas não são oriundas da venda de bens ou serviços. Logo, a receita a ser tributada pelo IBS e pela CBS é aquela que advém dos prêmios de seguros. A receita financeira deve ser tributada apenas pelo IRPJ e CSLL, argumentou.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/28/reforma-a-tributaria-preve-credito-para-empresas-em-servicos-de-emprestimos-e-seguros-inedito-no-mundo-diz-fazenda.ghtml>

# Parlamento da Argentina aprova pacote de reformas do presidente Javier Milei

O Congresso argentino concedeu a primeira vitória legislativa ao presidente ultraliberal Javier Milei na madrugada desta sexta-feira ao aprovar o seu pacote de reformas econômicas, embora limitado em relação à versão original após meses de debates. A Câmara dos Deputados debateu a partir do meio-dia (15h de Brasília) as modificações introduzidas pelo Senado na chamada 'Lei de Bases' e finalmente resolveu, por 148 votos a 107, sancionar a norma incluindo essas alterações.

"A Presidência da República Argentina comemora a aprovação da Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos", publicou o relato oficial da presidência em X.

A Câmara, no entanto, manteve a versão original do pacote de **reforma tributária**, que inclui a recomposição do imposto de renda que incide sobre os salários. Com esta sanção, o presidente consegue a delegação de poderes legislativos por um ano, incentivos a grandes investimentos por 30 anos, flexibilização da legislação laboral e autorização para privatizar uma dezena de empresas públicas, entre outros pontos.

"Vamos dar ao governo do presidente Milei as ferramentas para que possa reformar o Estado de uma vez por todas", disse o chefe do bloco governante, Gabriel Borrononi, no seu discurso de encerramento.

O pacote de reformas obteve a sua sanção final após um processo tortuoso que o devolveu à Câmara dos Deputados como órgão de revisão das modificações.

"O governo nacional conseguiu a aprovação da primeira lei para o país livre e próspero que os argentinos escolheram", diz o **comunicado** presidencial.

Politicamente, a aprovação significa "um sucesso total para o governo", disse à AFP o cientista político e economista Pablo Tigani. Mas economicamente será um regresso à política dos anos 90 com desregulamentações, privatizações e abertura incondicional da economia que causará um duro golpe à indústria e às pequenas e médias empresas nacionais, com uma fenomenal transferência de rendimentos para os mais setores concentrados da economia, avaliou.

"Este é um terno feito sob medida para os setores de poder concentrados na Argentina", disse em seu discurso o deputado peronista Hugo Yasky, que considerou que a lei permite que o capital estrangeiro "venha e fique com o petróleo e o lítio em troca de nada e que isso transformará o país em um esconderijo fiscal".

O cientista político Tigani alertou que "as leis não significam muito quando a situação econômica e social é explosiva".

"Vejo problemas de governabilidade e um presidente em xeque na situação social apesar de ter as suas leis", explicou.

A Argentina, com a sua economia em recessão e uma **inflação** anual de 280% a partir de maio, sofreu um colapso de 5,1% no Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano e tem mais de metade da sua população na pobreza. Mas também representa novos desafios políticos, segundo o analista Carlos Germano, da consultoria Germano y Asociados.

"Conseguir a primeira lei é de extrema importância política, mas o governo tem agora um novo desafio porque a oposição ao diálogo vai começar a gerar outra política totalmente diferente daquela destes seis meses", disse. Isso obrigará Milei "a priorizar a gestão, ser muito mais presidente e parar de promover o personagem que lhe permitiu chegar até aqui", completou.

O deputado Oscar Agust Carreño, integrante de um bloco de oposição que apoiou a iniciativa oficial, afirmou no debate: "Vamos dar as ferramentas ao governo porque acreditamos que ele tem que resolver o que não conseguiu até hoje".

Originalmente, a Lei de Bases, que Milei lançou com pompa como base de seu plano de governo, continha mais de 600 artigos, mas após uma falha no seu tratamento em fevereiro, foi reduzida a 238 artigos que também foram modificados no Senado.

Para conseguir a aprovação, o governo retirou da lista de empresas a privatizar as companhias aéreas de bandeira Aerolíneas Argentinas, Correo Argentino e Radio y Televisión Argentina (RTA), que controla a TV

Pública e a Rádio Nacional.

O governo também sacrificou uma reforma do sistema de pensões que implicava a eliminação de uma moratória que beneficia aqueles que, ao atingirem a idade da reforma, não conseguem comprovar 30 anos de contribuições, em um país com quase metade dos trabalhadores no setor informal.

O entorno do Congresso foi cercado para evitar protestos e incidentes, como os ocorridos durante o debate no Senado há duas semanas, embora desta vez não tenha havido grandes manifestações em frente ao local. O Executivo deve promulgar a lei para que ela entre em vigor, mas também pode vetá-la total ou parcialmente.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/28/parlamento-da-argentina-aprova-pacote-de-reformas-do-presidente-javier-milei.ghtml>**

# Campos Neto: câmbio "está em linha com outras variáveis"

**BERNARDO LIMA, JULIANA CAUSIN, LETYCIA CARDOSO E ALICE CRAVO**

O Relatório de **Inflação**, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), apontou piora na percepção de analistas sobre o cenário fiscal. Isso fez com que o dólar chegasse a ser negociado a R\$ 5,5384 na máxima do dia. Mas ao apresentar o relatório, em São Paulo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, refutou a hipótese de atuar no mercado de câmbio para segurar a moeda. Para ele, a desvalorização do real frente ao dólar "está em linha com outras variáveis que também simbolizam o prêmio de risco Brasil".

A moeda americana, no entanto, encerrou o dia em queda de 0,20%, a R\$ 5,5079, seguindo a tendência global.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselho, afirmou que aqueles que apostarem no fracasso do real vão "quebrar a cara":

-As pessoas não podem ficar apostando no fortalecimento do dólar e no fracasso do real. Quem não lembra a quantidade de empresa que quebrou (na crise de 2008)? As pessoas que achavam que iam ganhar dinheiro no fortalecimento do dólar e fracasso do real quebraram a cara, e vão quebrar outra vez.

## **PIB E INFLAÇÃO MAIORES**

O Relatório de **Inflação** ainda revisou para cima a projeção de crescimento para o PI B em 2024, de 1,9% para 2,3%. Mas também elevou a estimativa de **inflação**, que passou de 3,5% para 4% este ano e de 3,2% para 3,4% em 2025.

Sobre a piora na percepção do cenário fiscal, o relatório cita fatores como a mudança nas metas de resultado primário para 2025 e 2026, as resistências para aprovação de medidas de recomposição de receita e a tragédia no Rio Grande do Sul.

O BC aponta também para piora no resultado das contas públicas do governo central nos primeiros quatro meses deste ano, com "crescimento significativo" tanto das receitas como das despesas.

Segundo o BC, a revisão do crescimento do PI B ocorreu após "surpresas positivas no primeiro trimestre", como arrecadação de **impostos**, consumo das famílias e investimentos correntes em ativos fixos. Além disso, a projeção também considera que os esforços para reconstrução do Rio Grande do Sul devem contribuir positivamente para o crescimento da economia no segundo semestre.

Ao analisar os setores da economia, o relatório estima que as enchentes no Rio Grande do Sul vão afetar o desempenho do setor da agropecuária. A projeção para a variação anual do setor passou de queda de 1% para recuo de 2%, por causa dos estragos nas lavouras daquele estado.

Por outro lado, as projeções de crescimento para serviços e indústria foram revisadas para cima. Na indústria, passou de 2,2% para 2,7%, e no setor de serviços, de 2% para 2,4%.

Com relação à **inflação**, apesar de destacar a queda acumulada em 12 meses, de 4,5% em fevereiro para 3,9% em maio, o relatório ressalta que as projeções de analistas voltaram a aumentar, distanciando-se da meta do BC, de 3%.

Na quarta-feira, o governo publicou o decreto que estabelece a meta contínua para a **inflação**, a partir de janeiro de 2025. Na prática, o IPCA, índice usado na meta, deixará de ser medido a cada ano calendário e passará a ser verificado de forma contínua.

Segundo Campos Neto, essa mudança traz um modelo "mais eficiente". Ele acrescentou que houve transparência do governo ao incluir um período de 36 meses de antecedência mínima para o Conselho Monetário Nacional (CMN, que estabelece as metas de **inflação**) alterar o alvo e o intervalo da meta: -Isso ajuda muito, porque dá estabilidade na previsão da meta e faz com que os agentes financeiros consigam entender melhor o sistema, ter mais previsibilidade.

O presidente do BC disse ainda que a meta contínua "não significa uma mudança" na forma como a autarquia vê a política monetária: - Não significa nem maior, nem menor suavização.

**SEM PRETENSÃO POLÍTICA**

Campos Neto ainda negou ter recebido qualquer convite para um cargo público e disse que ele e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, são amigos e sempre conversam sobre economia. O presidente do BC foi alvo de críticas após ser homenageado em um jantar com o governador este mês.

-Eu nunca tive nenhuma conversa com Tarcísio sobre ser ministro de nada. Teve um artigo de jornal que disse que alguém teria dito isso. Eu nunca falei isso, nem o Tarcísio, em nenhum momento. Sou muito amigo do Tarcísio, desde o governo passado -afirmou Campos Neto. -Sempre conversamos bastante de economia.

Sobre seu futuro fora do BC, ele disse que suas áreas de atenção são "tecnologia e finanças". E assegurou que não tem pretensão de se candidatar a nada.

No mercado acionário, o Ibovespa encerrou em alta de 1,36%, aos 124.307 pontos. A alta ganhou força à tarde, com a divulgação dos dados de emprego (leia acima).

Outro fator foi a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que Lula nunca desautorizou a busca pelo equilíbrio das contas. Na quarta-feira, o presidente afirmou que é preciso discutir se cortar gastos é realmente necessário.

- (Ele) nunca desautorizou o Ministério da Fazenda na busca do equilíbrio das contas, pelo lado da receita, (...) mas também pelo redesenho das políticas públicas -afirmou Haddad.

"(A meta contínua) faz com que os agentes financeiros consigam entender melhor o sistema"

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# BC vê economia mais aquecida e eleva projeções para inflação e crédito

**Gabriel Roca, Gabriel Shinohara, Anais Fernandes e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília**

O Banco Central (BC) passou a projetar um crescimento mais alto do Produto Interno Bruto (**PIB**) para este ano - a estimativa foi de 1,9% para 2,3% -, **inflação** maior para 2024 e 2025, além de uma expansão do crédito em um ritmo mais acelerado. As estimativas foram revisadas ontem no Relatório de **Inflação**.

De acordo com a autoridade monetária, a chance de a **inflação** estourar o teto da meta subiu de 19% para 28% neste ano e de 17% para 21% no próximo. O aumento vem em meio a um cenário de piora nas expectativas do mercado.

A previsão do BC para o IPCA neste ano subiu de 3,5% para 4%. Para 2025, passou de 3,2% a 3,4%, e se manteve estável em 3,2% no ano seguinte. A meta é de 3% com piso de 1,5% e teto de 4,5%. "O aumento da projeção de **inflação** no horizonte relevante resultou principalmente da atividade econômica mais forte que o esperado, que levou a uma elevação no hiato do produto estimado, mas foi contido pela subida da taxa de juros real", diz o relatório.

Após a divulgação, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que o sistema de meta contínua de **inflação**, estabelecido em decreto nesta semana e válido a partir de 2025, não é uma mudança na forma como se enxerga a política monetária.

"Não significa nem maior, nem menor suavização", afirmou.

Nas perspectivas para a economia, o documento mostra elevação da projeção para o grupo de atividades mais cíclicas e redução para os demais. "A revisão foi bastante afetada por surpresas positivas no primeiro trimestre, notada-mente em **impostos**, nos componentes mais cíclicos da oferta, no consumo das famílias e na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) [investimentos]", disse o relatório.

Para o segundo trimestre, a expectativa é de desaceleração, em parte considerando os impactos do desastre climático no Rio Grande do Sul. Já para o segundo semestre o relatório diz que o crescimento eleve refletir o ritmo potencial da economia, os efeitos

defasados da redução dos juros e "um aumento da demanda e da produção relacionados à recuperação do capital perdido e à recomposição de bens e estoques no RS".

No caso do Rio Grande do Sul, o BC fez um estudo que indica uma queda expressiva do nível de atividade, mas com sinais de retomada em andamento. Os resultados indicam uma priorização do consumo de bens básicos em maio e, "nos primeiros dias de junho, já é possível verificar altas expressivas nos volumes recebidos pelos setores de "móveis e eletrodomésticos" e "material de construção" no RS, indicando que as famílias estão direcionando recursos para readequar suas moradias".

O BC deu mais detalhes sobre as mudanças no hiato do produto, medida de ociosidade na economia. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) já informava que o indicador havia passado de "levemente negativo" para "em torno da neutralidade". Dessa maneira, o relatório mostrou que o hiato estimado no segundo trimestre é de 0% frente a -0,4% no trimestre anterior. A mudança refletiu, principalmente, as "significativas surpresas" na atividade.

Nesse cenário, o crédito deve se expandir mais do que se esperava. No relatório, a previsão da autoridade monetária para o saldo de operações passou a ser de um crescimento de 10,8% neste ano, contra 9,4% anteriormente. Se a projeção se concretizar, o crédito direcionado deve subir 12% e não 10% como antes esperado. Já o livre subiria 10%, acima dos 8,9% projetados antes.

O mercado de trabalho continua aquecido, segundo o BC, "ainda mais nos meses recentes".

O relatório destacou a alta na geração líquida de empregos formais e a persistência de um crescimento intenso dos rendimentos reais. Em vários momentos, o Banco Central pontuou que os indicadores indicavam um aperto no mercado de trabalho.

O BC também revisou seus cálculos do juro real, que considera a taxa descontada a **inflação** do período. Para 2024, a taxa passou de 5% para 6%; para 2025, foi de 4,8% a 5,4%; e para 2026, de 4,8% a 5,3%. Em todos os casos, está acima da taxa de juros real

neutra utilizada nas projeções pelo BC, que foi elevada de 4,5% para 4,75%. A taxa neutra é a que não estimula nem contrai a economia.

Ao comentar sobre o câmbio, o presidente do Banco Central reiterou que as intervenções da autoridade têm de ser causadas por alguma disfuncionalidade nesse mercado. Câmbio disse entender que o real apresentou desvalorização recentemente, "está em linha com algumas outras variáveis que também simbolizam o preço de risco Brasil". Ele mencionou juros longos, o "prêmio longo" pode ser observado, por exemplo, na NTN-B de prazos longos "Foram movimentos compatíveis", disse.

Sobre o horizonte relevante da política monetária, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, disse que essa definição é atribuição da própria autoridade, e depende, entre outras coisas, da natureza dos choques e dos mecanismos de transmissão.

"[Meta contínua] não significa mudança na forma como a gente enxerga a política monetária"

Roberto Campos Neto

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1&section=2)**

# Câmara Brasil-Alemanha põe reforma tributária em debate

Após pausa em maio em razão das enchentes, a Câmara Brasil-Alemanha RS retomou a reunião-almoço ontem. O evento foi realizado no Hilton Hotel e teve como tema a **reforma tributária**, abordada dos pontos de vista do setor público e do setor privado. O coordenador do Conselho de Assuntos Tributários da Fiergs, Thômaz Nunnenkamp, e o secretário municipal da Fazenda de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel, apresentaram perspectivas da mudança. O presidente da Câmara Brasil-Alemanha, Cleomar Prunzel, abriu o encontro destacando a presença da cônsul da Alemanha no RS e em Santa Catarina, Maria Altmann.

Prunzel lembrou os desafios enfrentados no Estado. "O momento é de unir forças para retomar a economia e garantir empregos", disse, ressaltando ainda a solidariedade. "O povo gaúcho esteve junto, apoiou nos resgates e na captação de recursos.

Fica também de positivo o apoio de todo o país, que se comoveu", observou.

O secretário da Fazenda, Rodrigo Fantinel, abordou a complexidade da reforma. Ele destacou a necessidade de atenção durante o período de transição entre os sistemas tributários, o que será complexo por natureza.

Nunnenkamp, por sua vez, enfatizou os desafios da regulamentação.

"Nós vamos abordar justamente alguns pontos que a gente acha importante ter atenção na regulamentação. "Por exemplo, estou trazendo **impostos** que são dos três entes federativos.

Quem é que vai me fiscalizar?

A gente tem que deixar claro como vai funcionar", assinalou.

Ele também destacou a necessidade de resolver pendências jurídicas em nível federal para evitar decisões conflitantes entre diferentes estados. "Temos um caminho tortuoso para acompanhar, para não termos erros que possam causar problemas.

É preciso um sistema confiável, menos litigioso e com custo de conformidade menor, porque hoje ele é caro, complexo e inseguro", concluiu.

**Site:**

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo  
/?flip=acervo](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo)**

# Lula sanciona taxa das blusinhas

**Patr ck de Noronha**

A "taxa das blusinhas" pode ter um impacto significativo na economia brasileira. Estima-se que desde dezembro, quando começou o programa Remessa Conforme, 64 milhões de pacotes desembarcaram no Brasil isentos do imposto de importação, o que pode chegar a 230 milhões de pacotes até o fim de 2024, totalizando R\$ 15 bilhões.

Além disso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta que quase 800 mil postos de trabalho podem ser perdidos nos setores mais afetados, como têxtil, vestuário e calçados, que seguem pagando uma alta carga tributária para produzir e vender no país. Isso afetaria diretamente 3,2 milhões de brasileiros, considerando as famílias dos trabalhadores, sendo que 7 em cada 10 trabalhadores desses setores são mulheres que recebem até 2 salários mínimos.

O setor varejista nacional reagiu positivamente   aprovação da "taxa das blusinhas" pelo Senado e   sinalização do presidente Lula de que irá sancionar a medida. Varejistas de vestuário de média renda como C A (CEAB3), Lojas Riachuelo (GUAR3) e Lojas Renner (LREN3), além de empresas de comércio eletrônico como Grupo Casas Bahia (BHIA3) e Magazine Luiza (MGLU3), devem ser beneficiadas, pois a taxa traz um alívio para o cenário competitivo versus players internacionais como AliExpress, Shein e Sho-pee.

No entanto, o Instituto de Defesa do Varejo (IDV) defendeu um imposto de importação de 60%, observando que os varejistas locais estão sujeitos a uma carga tributária entre 70-110%. Apesar de não ser suficiente para eliminar totalmente a vantagem competitiva das empresas estrangeiras, a "taxa das blusinhas"   vista como um passo importante para reequilibrar a concorrência entre os varejistas nacionais e internacionais.

Diversos países ao redor do mundo adotam políticas distintas em relação   tributação de compras internacionais de baixo valor. Nos Estados Unidos, por exemplo, compras de até US\$ 800 são isentas de **impostos** federais. Já na União Europeia, desde 2021 não há mais isenção do IVA (imposto sobre valor agregado) para compras de qualquer valor vindas de fora do bloco. Alguns países da América Latina, como Argentina e Uruguai, também tributam compras internacionais independentemente do valor.

Essas diferentes abordagens refletem os contextos econ micos, sociais e políticos de cada nação, bem como os interesses de seus setores produtivos domésticos. A comparação de políticas permite observar os impactos e resultados alcançados em cada país, servindo de referência para o debate sobre medidas como a "taxa das blusinhas" no Brasil.

**Site:** <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20240628>

# Lula sanciona taxaço de compras internacionais de até 50 dólares

O presidente Luíz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quinta-feira (27) a lei que estabelece a taxaço de compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250), então isentas de imposto de importação. O novo texto inclui uma cobrança de 20% sobre o valor de compras dentro desse limite, muito comuns em sites internacionais como Shopee, AliExpress e Shein.

A taxaço foi incluída no programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que cria incentivos para a fabricação de veículos menos poluentes. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 11, por 380 votos contra 26, e a sanção ocorreu durante a 3g Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho.

Originalmente apresentado pelo governo federal, o projeto Mover prevê R\$ 19,3 bilhões em incentivos, durante cinco anos, e redução de **impostos** para pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e produção de veículos que emitam menos gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da terra e pelas mudanças climáticas.

Primeira infância - Durante a reunião, Lula assinou ainda decreto para instaurar uma política nacional integrada para a primeira infância. O texto tem como base propostas elaboradas por um grupo de trabalho e entregues ao governo federal no último dia 13, com estratégias integradas entre diferentes áreas da administração federal para a priorizar crianças de até 6 anos de idade - sobretudo as que estão em situações de vulnerabilidade.

Outros decretos - Também foi assinado decreto que trata de projetos tecnológicos de alto impacto. A iniciativa tem, dentre outros objetivos, ampliar a cooperação entre instituições científicas e empresas, além de estimular projetos sustentáveis, impulsionar a produção industrial de alto valor agregável e estimular o desenvolvimento de polos tecnológicos.

O presidente assinou ainda mais um decreto que institui estratégia nacional da economia circular. A proposta do governo federal é promover a transição do atual modelo de produção linear para uma economia circular, que incentiva o uso eficiente de recursos naturais e de práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva.



# A taxação dos superbilionários - CELSO MING

## CELSO MING

A taxação dos multibilionários é objetivo de justiça tributária, mas enfrenta ferrenha oposição das principais potências globais, que temem a fuga de investimentos ou pesados custos políticos.

Encarregado pelo Grupo dos 20 (G20) de elaborar um estudo sobre como avançar nesse tema, o economista francês Gabriel Zucman acaba de apresentar extenso relatório carregado de expectativas de que um grande acordo global depende apenas de vontade política.

Seu levantamento é o de que cerca de 3 mil multibilionários em todo o mundo conseguem administrar suas relações com o Fisco de tal maneira que recolhem em **impostos** apenas em torno de zero por cento (caso da França) a 0,5% (caso dos Estados Unidos) de sua riqueza. Assim, ficam cada vez mais ricos.

Como conseguem isso? Há as manobras ilegais, como deixar de declarar as receitas bancárias obtidas no exterior. Outras são legais, como transferir riquezas para países onde haja tratamento tributário favorável ou que ofereçam incentivos especiais (guerra fiscal). É cada vez mais comum a criação de holdings pessoais para a apropriação de dividendos isentos de Imposto de Renda.

Os paraísos fiscais continuam sendo largos portões para evasão de **impostos**, tanto por empresas como por pessoas físicas. Apenas em 2022, receberam US\$ 1 trilhão. As perdas com essas transferências equivalem a quase 10% dos **impostos** arrecadados com essas grandes empresas globalmente.

As multinacionais dos Estados Unidos são responsáveis por 40% desse fluxo.

O relatório de Zucman sugere a cobrança de uma taxa de 2% sobre a riqueza desses 3 mil.

Espera obter receita anual de pelo menos US\$ 250 bilhões. Para isso, recomenda que se firme acordo global que alcance pelo menos os 130 países que, em 2021, já concordaram em cobrar imposto de 15% sobre os lucros das multinacionais.

Por enquanto, afora manifestações esporádicas de

apoio por parte de autoridades, esse acordo parece distante, até porque seria necessário prever mecanismos de distribuição dessas receitas extras entre os países.

Na falta de acordo amplo, Zucman sugere decisões unilaterais pelos governos. Um jeito seria lançar **impostos** sobre renda presumida, portanto, não declarada.

Outro, ampliar a noção de renda por meio do conceito de ganhos de capital não realizados, o que pressupõe a adoção de um critério de reavaliação de ativos. E sobra a antiga proposta da taxação de fortunas que, no Brasil, está prevista desde 1988, mas nunca foi implementada.

Enfim, o problema de fundo é mais político do que técnico. É barreira complicada e cheia de custos de transpor.

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf)

# Desvincular BPC do salário mínimo é medida necessária (Editorial)

"Não considero isso gasto, gente." A frase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e deficientes de baixa renda, revela o longo caminho que o governo tem a percorrer para controlar a dívida pública. Como o BPC está vinculado ao salário mínimo, desde o ano passado passou a ser regido pela mesma regra de correção, que prevê aumento acima da **inflação**.

O histórico recente do BPC é de alta. Nos 12 meses terminados em março, a quantidade de benefícios assistenciais cresceu 12%, pelos dados do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre). Essa expansão foi decisiva para aumentar o rombo da Previdência federal, equivalente a 3,9% do **PIB** em 2023. Isso se faz sentir nos resultados fiscais de maio, que registrou déficit de R\$ 61 bilhões ante superávit de R\$ 1,8 bilhão no ano passado. De acordo com o Tesouro, o déficit foi puxado pelo crescimento de R\$ 24,4 bilhões nos benefícios previdenciários.

Embora o BPC não seja o único desses benefícios, o exemplo escolhido por Lula é perfeito para ilustrar a confusão que se dá em torno do reajuste de todos. Quando se fala em desvinculá-los do salário mínimo, não se quer deixar de garantir a quem recebe o mínimo necessário para sobreviver. É fundamental manter o poder de compra dos beneficiários. Para isso, porém, basta a correção pelos índices de **inflação**. Nas contas do economista Felipe Salto, mudar apenas a correção do BPC e benefícios como auxílio-doença poderia render aos cofres públicos o equivalente a R\$ 20 bilhões pelos números deste ano. Isso ajudaria a evitar a explosão no custo da Previdência em relação às demais despesas do governo. Do jeito como está, o sistema é inviável.

Lula está certo em dizer ser preciso identificar quem recebe benefícios irregulares e cortar o desperdício. A Previdência atrai um sem-número de pequenos e grandes golpistas em busca de vantagens indevidas. Mas seria ingênuo superestimar os resultados dessa medida. Por maiores que se revelem as irregularidades, eliminá-las não será suficiente para equilibrar as contas. Para controlar o déficit fiscal, a única saída é diminuir despesas. E a desvinculação do BPC e de outros benefícios previdenciários do mínimo é uma forma simples de cortar, sem acarretar nenhuma perda a quem recebe.

Diante de tudo isso, é desolador o estágio incipiente desse debate no Palácio do Planalto. Lula ainda não se convenceu da urgência de controlar as despesas. "O problema não é que tem que cortar. O problema é saber se precisa efetivamente cortar ou se a gente precisa aumentar a arrecadação. Temos de fazer essa discussão", disse nesta semana. O descasamento entre o entendimento dele e o do setor produtivo não poderia ser maior. Na economia real, a conclusão é que, num país com carga tributária escorchantes, não dá mais para aumentar a arrecadação como pretende o governo. A desconfiança dos agentes econômicos é o principal fator responsável pela disparada do dólar nos últimos dias.

Enquanto as despesas do governo não couberem no Orçamento, isso resultará em endividamento galopante. A dívida pública alta e crescente toma a vida dos pobres muito mais difícil, pois juros altos inibem investimentos, geração de empregos e renda. A irresponsabilidade fiscal é socialmente injusta. Deixar de encarar essa realidade não a dissipará. Pelo contrário. Só a piorará.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Novo sistema de meta "não apertada nem afrouxa", diz Mello

*Lu Aiko Otta De Brasília*

A mudança no sistema de metas de **inflação**, com a adoção de uma meta contínua de 3% formalizada na última quarta-feira, não teve objetivo de "apertar ninguém nem afrouxar ninguém", disse ao Valor o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

"Até porque as metas continuam as mesmas do regime do ano calendário: 3% e 1,5 ponto de banda para cima e para baixo", argumentou.

Além disso, foi determinado que eventuais alterações na meta de **inflação** serão decididas com 36 meses de antecedência. Isso, segundo o secretário, "garante um horizonte de maior estabilidade para a projeção".

Mello frisou que o novo formato será adotado apenas após o final do mandato do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

No novo regime, o indicador de preços segue o mesmo de hoje: o índice de Preços ao Consumidor Amplo (1PCA). Porém, muda a forma como a **inflação** passará a ser observada.

"Estamos criando um formato em que o acompanhamento da **inflação** não vai ser guiado por um dia do ano específico, por um mês específico, mas vai ser algo continuado", disse. "Os atores vão passar a olhar de forma continuada esses movimentos, as suas tendências."

A meta será considerada descumprida quando, por seis meses consecutivos, a taxa acumulada em 12 meses ultrapassar o limite superior da banda.

Nesse caso, o Banco Central vai informar, em carta enviada ao ministro da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional (CMN) por que a meta foi descumprida, que medidas está tomado para trazer a **inflação** de volta à meta e em quanto tempo isso deve ocorrer.

"Isso permite uma ação mais bem estruturada e menos reativa do Banco Central, porque ele não tem obrigatoriamente que, no ano seguinte, no dia 31 de dezembro, entregar a meta", comentou. "Ele pode montar o plano de voo e não precisa reagir de forma

exacerbada se, no seu entendimento, a ação da política monetária vai levar mais tempo para trazer isso [a **inflação**] dentro da meta de novo".

O Relatório Trimestral de **Inflação**, por meio do qual o Banco Central se comunica com a sociedade a respeito da operação do sistema de metas de **inflação**, vai mudar de nome. Passará a chamar-se Relatório de Política Monetária.

O anúncio do regime de meta contínua de **inflação** elimina uma incerteza do mercado em relação ao desenho do novo regime, disse Mello. "Havia alguns agentes que tinham dúvidas sobre isso", afirmou.

O secretário comentava sobre o conjunto de incertezas, internacionais e domésticas, que levaram o Banco Central a interromper o ciclo de cortes nas taxas de juros. Considera que a maior contribuição para o processo vem do cenário externo, mas reconheceu que há fatores de incerteza também na economia local.

No front doméstico, permanece no foco de atenções a mudança da diretoria do Banco Central. É, porém, algo que vai se resolver ainda este ano, ponderou.

Há ainda incerteza no mercado em relação à política fiscal, mais especificamente à capacidade de o governo manter o arcabouço fiscal, avaliou.

Essa dúvida, acredita o secretário, será reduzida com o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025.

A proposição, disse, demonstrará "de maneira clara, transparente e objetiva" como a consolidação fiscal será mantida, ao mesmo tempo em que serão preservadas as políticas públicas que atendem aos que mais necessitam de apoio do Estado.

Mello comentou que dificilmente o mercado acreditaria, no início deste ano, que o governo chegaria ao fim do primeiro semestre "próximo de cumprir a meta de zerar o déficit".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1&section=2>

# PIB do 1º tri dos EUA é o mais fraco desde 2022

*Paul Wiseman Associated Press, de Washington*

A economia dos EUA cresceu em um ritmo anualizado de 1,4% no período de janeiro a março, o menor crescimento trimestral desde o segundo trimestre de 2022, informou ontem o governo americano - uma ligeira melhora em relação à estimativa anterior. Os gastos do consumidor, porém, cresceram apenas 1,5%, abaixo da estimativa inicial de 2%, num sinal de que os juros altos podem estar afetando a economia.

O Departamento do Comércio havia estimado anteriormente um crescimento de 1,3% do **PIB** - a produção total de bens e serviços da economia - no primeiro trimestre. O crescimento do **PIB** no período marcou uma forte retração em relação ao ritmo vigoroso de 3,4% dos últimos três meses de 2023. Mesmo assim, o relatório de ontem mostrou que a desaceleração de janeiro a março foi causada principalmente por dois fatores - um aumento das importações e uma queda nos estoques das empresas - que podem oscilar de trimestre para trimestre.

As importações afetaram em 0,82 ponto percentual o resultado do primeiro trimestre. Os estoques mais baixos subtraíram outro 0,42 ponto percentual do **PIB**.

Os investimentos das empresas compensaram essa redução, e o governo diz que eles cresceram num ritmo anual de 4,4% no primeiro trimestre, mais que sua estimativa anterior de 3,2%. Mais investimentos em fábricas e outras construções não residenciais, e também em softwares, ajudaram a reforçar esse aumento.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187914?page=1&section=2>

# Juro em 10,5% é suficientemente alto, diz Campos Neto

**Alex Ribeiro De São Paulo**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse em entrevista ao Valor que a projeção alternativa de inflação apresentada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) com juros em 10,5% ao ano mostra que a Selic é "suficientemente alta" para, num período mais longo, trazer a inflação para a meta.

"Já houve no passado momentos em que a gente desenhou os cenários alternativos para mostrar que a taxa de juros é suficientemente alta, que num período mais longo ela traz a inflação para a meta", disse o presidente do Banco Central. "Estava tendo muito ruído em torno dos números de curto prazo. A gente entende que essa é uma informação valiosa a mais para os agentes."

Ele esclarece que o Banco Central usou a palavra "interrupção" do ciclo de queda de juros porque ela representa da melhor forma o objetivo de não dar "guidance" aos participantes do mercado, ou seja, uma sinalização firme de seus passos futuros.

Questionado se o uso da palavra "vigilante" significa que o Banco Central está pronto a subir os juros, respondeu: "Não é o nosso cenário base a alta".

Na outra direção, também procurou afastar a possibilidade de baixa de juros em 2025, quando a política monetária se volta ao controle da inflação em 2026.

"Hoje a comunicação é compatível com um cenário base, que não é de alta e não é de queda. A comunicação está direcionada ao fato de que teve uma interrupção, a gente precisa de tempo para observar", disse.

A seguir, trechos sobre o que Campos Neto falou sobre temas relacionados mais diretamente à política monetária:

Valor: A comunicação do Copom fala em interrupção do ciclo de corte de juro, o que dá uma ideia de uma pausa e implica que depois poderia ser retomado. Porque o BC usou essa a palavra?

Roberto Campos Neto: A interrupção era a palavra

que mais sinalizava o que o "guidance" deveria ser. Ou seja, nós não queremos dar um guidance. A interrupção estava muito compatível com não dar guidance.

Valor: O **comunicado** do Copom trouxe uma projeção diferente de inflação, com juros parados em 10,5%, que aponta uma inflação de 3,1 % em 2025. O Copom está sinalizando algo com a divulgação dessa projeção?

Campos Neto: Já houve no passado momentos em que a gente desenhou os cenários alternativos para mostrar que a taxa de juros é suficientemente alta, que num período mais longo ela traz a inflação para a meta. Estava tendo muito ruído em torno dos números de curto prazo. Agente entende que essa é uma informação valiosa a mais para os agentes.

Valor: O **comunicado** diz que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente. Quanto tempo seria suficiente?

Campos Neto: Não demos o "guidance" exatamente por essa razão, e oferecemos um cenário alternativo para esclarecer que achamos que está num terreno restritivo. É difícil dizer. Há muitas variáveis que vão se desenrolar no curto prazo de tempo que vão dar clareza. Tem um tema internacional que precisa observar. Tem uma incerteza local que se agravou nas últimas semanas. Com o tempo, esse efeito deve ser diluído. São incertezas tanto no monetário quanto no fiscal. Dos dois lados, essas incertezas tendem a diminuir. É um daqueles momentos em que o tempo é muito importante. Não consigo precisar quanto tempo vai ser [necessário]. Mas foi a melhor forma de expressar o que a gente acha que é importante fazer nesse momento.

Valor: A ata e o **comunicado** dizem que o Copom está "vigilante". No passado, quando essa expressão foi usada, foi em geral quando se identificava um risco grave no horizonte e se atribuía uma chance considerável de ter uma alta de juro. Existe esse risco, e o BC está disposto a agir nesse sentido?

Campos Neto: Não é o nosso cenário base a alta. A comunicação está muito compatível com não dar um "guidance" nesse momento, o que não significa que o Banco Central não vai estar vigilante. Vai estar



olhando e entendendo, principalmente, esses ruídos que fizeram com que o prêmio de risco subisse bastante.

Valor: A projeção de **inflação** do Banco Central usa juro estável ao longo do horizonte relevante. Mas, no ano que vem, o Copom estará olhando 2026. Isso não abre a possibilidade de baixa de juro?

Campos Neto: Hoje a comunicação é compatível com um cenário base, que não é de alta e não é de queda. A comunicação está direcionada ao fato de que teve uma interrupção, a gente precisa tempo para observar.

Valor: Segundo a ata, o Copom decidiu deixar o balanço de riscos simétrico "nessa reunião". Isso significa que pode ser reavaliado na próxima? Qual seria a implicação de uma eventual mudança para a política monetária?

Campos Neto: O balanço de riscos é reavaliado em cada momento. Dissemos na última ata que tinha algumas pessoas [do comitê] que tinham opiniões diferentes sobre o balanço de riscos. Algumas pessoas entenderam que o balanço de risco deveria estar assimétrico. O conjunto das pessoas entendeu que o que mais caracterizava o debate naquele momento era o balanço de risco simétrico.

Valor: O mercado reagiu muito mal à votação dividida do Copom de maio, e houve 100% de coesão em junho dentro do comitê. Poderemos esperar que essa unidade vai ser o padrão daqui por diante?

Campos Neto: Teve um aprendizado com o dissenso. O mercado puniu muito, não pelo dissenso em si, mas por entender que o dissenso poderia ter uma origem que não fosse técnica. A gente fez questão de enfatizar que isso não era verdade. Mas, de fato, a decisão do Copom anterior gerou um prêmio de risco grande. Eu diria que essa foi uma das reuniões do Copom onde a gente teve o maior espírito de equipe dos últimos tempos. Todo mundo entendendo que houve um ruído grande na dimensão fiscal, e começou a ter um ruído grande na dimensão monetária. A gente precisa endereçar o que é a nossa parte, que é o monetário. Endereçar as causas do ruído, fazer uma comunicação que passa uma tranquilidade de que o que fizemos foi técnico. E isso foi feito, e acho também que foi bem recebido pelo mercado.

Valor: O Copom se deparou com uma projeção de **inflação** de 3,4% na sua última reunião, acima da meta. As opções seriam não cortar o que estava precificado no Focus ou subir o juro. Por que o Copom escolheu a primeira opção?

Campos Neto: A gente olhou a projeção para

2024, 2025 e 2026, a **inflação** corrente e as expectativas e percebeu que tinha uma diferença grande entre o que estava vindo de **inflação** corrente e o que estava acontecendo com as expectativas. As expectativas, em grande parte, estavam desancorando por ruídos. Ou seja, não era a **inflação** corrente que estava gerando uma perspectiva de **inflação** mais alta na frente. Eram ruídos em relação ao canal na política monetária. Endereçamos o canal da política monetária, explicando o trabalho que foi feito de forma técnica. Nós entendemos que essa era a melhor opção com as variáveis que a gente tinha na mesa. Isso não significa que não possa ser reavaliado em cada reunião daqui para frente.

Valor: A ata chama a atenção para a necessidade de políticas fiscais e monetária síncronas e contracíclicas. O fiscal está expansionista? Qual é o efeito disso?

Campos Neto: Na política fiscal, a gente tem uma coisa hoje parecida com a política monetária. Você tem os resultados de curto prazo não saindo tão ruins, não muito fora do esperado, mas a expectativa piorou. Foi o que a gente tentou endereçar inclusive no Relatório de **Inflação**. A gente tem uma dissonância entre o que está acontecendo no curto prazo, o que de fato está acontecendo, e o que as pessoas esperam que vai acontecer no futuro. Isso, obviamente, gera um efeito no prêmio de risco. Contamina algumas variáveis. Em algum momento essas variáveis podem ter um impacto mais definitivo na nossa função reação. A gente entende que é importante esclarecer e endereçar esses ruídos. Para o Banco Central comentar cada coisa que o governo, se essa medida é boa ou ruim, não cabe. Para a gente, o importante é o que os preços no mercado que influenciam a nossa função de reação estão dizendo. O que a gente tem de leitura de mercado é que, apesar dos números de curto prazo não estarem muito fora do esperado, a gente teve uma percepção de piora fiscal na frente. A gente no Banco Central consegue ver isso, por exemplo, no questionário pré-Copom, não nas pesquisas. Um número de quase 80% de pessoas que acham que o fiscal piorou. A gente incorpora isso, leva em consideração. Mas o importante é cuidar do nosso lado, cuidar da nossa cozinha. Parte do nosso trabalho é tentar olhar para frente. Quais são os riscos daqui para frente? E tentar comunicar as coisas de forma mais técnica possível.

Valor: O Banco Central vive a realidade da desancoragem de expectativas por fatores globais, fiscais e de sua credibilidade. O que o BC pode fazer contra isso?

Campos Neto: A decisão do último Copom endereça um pouco esse ponto. O tema da meta de **inflação** endereça um pouco esse ponto também. O que a



gente precisa é elencar os fatores que estão gerando essa desancoragem, uma vez que a **inflação** de curto prazo não está surpreendendo para pior. Uma vez entendidos os fatores que levam a essa desancoragem, nosso trabalho é tentar atuar nesses fatores. Teve uma reunião do Copom que teve uma decisão que não foi bem esclarecida, que parte do mercado entendeu que não era técnica, nós temos que esclarecer que é técnica. Temos que mostrar ao mercado que o grupo está unido no sentido de trazer a **inflação** de volta para a meta. É isso que foi feito. Se tem uma incerteza em relação à meta, a nossa função é falar com o Executivo, mostrar que precisamos fazer o decreto da meta, explicar o decreto da meta, dizer que o governo está comprometido com essa meta no médio prazo. E foi isso que foi feito. A gente entende que essas coisas, ao longo do tempo, vão descomprimindo esse prêmio de risco que existe hoje.

Valor: Tem muita dúvida no mercado se a política monetária é capaz de se contrapor a uma política fiscal que é expansionista. A política monetária é eficaz?

Campos Neto: Se você tem uma política fiscal que é expansionista e uma política monetária que é contracionista, você tem um grau de eficiência. Mas se a gente olhar hoje o que está acontecendo na política fiscal, a gente tem um problema maior de expectativa do que de fato os números que estão saindo. Se a gente pega tudo que foi feito, o esforço que o ministro da Fazenda tem feito no sentido fiscal... A gente entende que, sim, teve alguma dificuldade de medidas de recomposição de receita. A gente também falou sobre isso no Relatório de **inflação**. Mas não cabe ao Banco Central ser comentarista do cenário fiscal em tempo real. Vamos pensar aqui que também tivemos um pedaço do prêmio de risco que foi gerado pela dimensão de política monetária. Vamos endereçar essa parte, e aí a gente entende que no fiscal, ao longo do tempo, as pessoas vão ser capazes de quantificar melhor o efeito das medidas que o governo está tomando.

Valor: Há críticas de que o Banco Central dá muita importância para as expectativas Focus e não ouve o empresário. O Banco Central está refém das projeções do mercado?

Campos Neto: Não é só o Focus que a gente olha. A gente agora está fazendo o Firmus, que é um boletim Focus com empresas. Não é a verdade que a gente tem historicamente um boletim Focus que sempre jogue os números para cima. Ao contrário. Em outros países, quando a gente olha essas pesquisas coletadas no mundo real, elas geralmente são iguais ou maiores às coletadas do sistema financeiro. A gente vai saber em breve quando o Banco Central

divulgar. Até agora, o que a gente tem visto é que estão mais ou menos alinhados. Vai ser igual a um pouco maior do que o Focus.

Valor: Pronunciamento de membros do Copom a grupos fechados de investidores vem causando ao longo do tempo ruídos. O que está sendo feito para lidar com isso?

Campos Neto: As reuniões com grupos fechados, com 10 ou 15 pessoas, passam a ser transmitida. As reuniões com a economistas, a gente está pensando como melhorar. Os países avançados têm mais a característica de não fazer nenhum tipo de reunião fechada com uma ou duas pessoas. Em países emergentes, é mais comum fazer esse tipo de reunião. O país emergente tem aquela característica de vender a sua história para atrair investimento.

"Temos que mostrar ao mercado que o grupo está unido no sentido de trazer a **inflação** de volta para a meta."

"Há muitas variáveis que vão se desenrolar no curto prazo de tempo, que vão dar clareza"

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1&section=2>

# Com suspensão de cortes da Selic, renda fixa fica no topo

*Liane Thedim Do Rio*

A interrupção dos cortes da Selic, na semana passada, foi o último ato de um primeiro semestre que começou otimista, com previsões de que a taxa chegaria a menos de dois dígitos no fim do ano, e agora se encerra com tensão e incertezas em relação à política fiscal, ao controle da **inflação** no Brasil e ao início do afrouxamento monetário nos EUA. Foi também um balde de água fria nas expectativas de migração do investidor para ativos de maior risco, como ações em multimercados. Com os juros básicos a 10,5%, a renda fixa se mantém no topo das preferências, e o crédito privado desponta como preferido. Junho também foi mais um mês de bom retorno para quem comprou dólar ou investiu no exterior sem proteção cambial.

No ano até 27 de junho, o Ibo-vespa amargava queda de 7,36% e, no mês, alta de 1,81%, sendo que entre os índices o pior desempenho é o do Imob, que reúne os papéis mais negociados do setor imobiliário, com recuo de 15,44% no ano, mas alta de 2,77% no mês. Já o de Small Caps, que reúne empresas menores e ligadas à atividade doméstica, vem logo depois, com queda de 13,86% de janeiro a 27 de junho e alta de 0,78% no mês. Enquanto isso o CDI ostenta significativos 5,22% no semestre e 0,79% no mês, e o dólar (Ptax), em meio ao nervosismo do mercado, alta de 14,08% no ano e de 5,37% no mês.

Na renda fixa, os índices com desempenho melhor são IMA-B 5, de papéis federais em até cinco anos ligados ao IPCA, com alta de 3,50% no ano e 0,57% no mês, e o IMA-S, que representa a carteira de títulos remunerados pela Selic (LFTs) e que sobe 5,28% no ano e 0,77% no mês. A percepção de maior risco fiscal e a interrupção dos cortes da Selic atingiram em cheio os títulos com vencimento mais longo, reunidos no IMA-B 5+, que cai 4,25% no ano até dia 27 e 1,44% em junho. O Ifix, por sua vez, referência dos fundos imobiliários negociados na B3, também reflete a reversão das expectativas, já que em 12 meses sobe mais de 10%, mas no ano a alta é de apenas 0,5% e em junho, cai 1,60%.

Filippe Santa Fé, chefe da área de multimercados da gestora ASA, lembra que no fim de 2023 as referências do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) a cortes de juros levaram a uma forte

reação, e a curva de juros futuros americana virou o ano prevendo reduções de 0,25 ponto em todas as reuniões de 2024. Mas, recorda, a **inflação** e a atividade em nível acima do esperado jogaram por água abaixo a perspectiva de que seria fácil controlar a **inflação** e, agora, as previsões são de dois cortes ou menos, e só no fim do ano.

"Sem o susto da reprecificação dos juros, o desempenho dos ativos teria sido melhor no primeiro semestre. E o segundo semestre também não vai ser fácil com as eleições americanas. Será a parte mais difícil do ciclo", diz Santa Fé. "Com **inflação** a 4% não tem razão para a Selic estar a 10,5%, mas os choques no mercado externo tiraram confiança de manter cortes de juros aqui. Estamos a reboque do que acontece lá fora."

Gustavo Vieira, sócio e economista do fundo Opportunity Total, lembra que, no Brasil, as dificuldades para aumentar a arrecadação no primeiro semestre, somadas às surpresas com aumento nos gastos, especialmente com previdência, levaram a um questionamento maior da capacidade do governo de cumprir metas fiscais. "Isso levou a um ambiente de maior contestação da força do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a questionamentos da resiliência do arcabouço."

Ele lembra que, mesmo com dados positivos de **inflação**, embora com alguma surpresa negativa nos preços dos serviços, o protagonismo acabou sendo da falta de consenso na penúltima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando o mercado começou a questionar o compromisso de manter a **inflação** na meta. "Ou seja, vimos um aumento do risco político, fiscal e monetário e o mercado puniu diversas classes de ativos, caso de bolsa, câmbio e juros."

O sócio do Opportunity também ressalta que, no câmbio, o otimismo levava em consideração o quadro positivo das contas externas, que se deterioraram da virada do ano para cá. "As contas não estão ruins, mas o "amortecedor" piorou. Nunca estivemos na ponta que previa que o dólar chegaria a R\$ 4,50, mas ainda não estamos com apostas contra o real", diz. Vieira comenta que as alocações do fundo Opportunity Total não incluem câmbio ou juros nominais. As posições estão em ativos reais, em NTN-Bs com

vencimento longo, e ações específicas, em que eles identifiquem oportunidade.

"O último trimestre foi de turbulência. Estamos tentando identificar os excessos para nos beneficiarmos da descompressão." No entanto, afirma, como os riscos ainda são altos, a busca é por ativos que não perdem tanto em um cenário em que eventualmente aconteça uma deterioração rápida. Por isso a opção pelos títulos federais com juros reais e vencimento longo. A exposição a Brasil, porém, está abaixo da média histórica. Já a alocação na bolsa americana está acima da média, embora já com algumas reduções para aproveitar ganhos das altas recentes.

Na mesma linha está a ASA. Santa Fé explica que a decisão de começar a se desfazer das posições no Brasil foi tomada em fevereiro, diante da preocupação com o mercado de trabalho forte. "Saímos de juros no Brasil e fomos para juros no Canadá e na Europa. Todo mundo está perdendo dinheiro com juros." Ele diz que, sem risco de Brasil na carteira, opera concentrado na ideia de que os dados da economia americana podem começar a vir melhor que o esperado. A visão para o dólar, portanto, é positiva, com previsão de que pode subir de 30 a 50 pontos-base.

Sócio do escritório de gestão de investimentos Astra Capital, Arthur Costa afirma que, na média, os multimercados estavam posicionados para uma redução maior e mais rápida dos juros nos EUA e no Brasil. Como os cortes do Fed não vieram e no Brasil houve uma revisão das expectativas para a Selic já antes da interrupção neste mês, os fundos perderam e agora estão mais neutros. "Além disso, eles, na média, estavam mais pessimistas com bolsa americana, por causa da perspectiva de piora na economia, o que afetaria as empresas, mas isso não aconteceu." Como a maior parte das apostas dos gestores estava na melhora do real, afirma Costa, as perdas foram em juros, bolsa e câmbio. "Os multimercados são fundamentais na carteira, mas perderam espaço porque sofreram bastante. Agora precisam de um cenário menos nebuloso para que tenham de novo ênfase na alocação." O sócio da Astra Capital lembra também que a barreira de IPCA mais 6% na curva de juros reais foi superada, o que é um chamariz importante para investidores. "As NTN-Bs com vencimento de 2030 a 2035 já estão em IPCA mais 6,3%." Outro impacto da expectativa

de Selic maior, explica, é nas contas das empresas, o que afetou a bolsa. "Com a Selic a 10,5%, a conta para o lucro das empresas é outra. A bolsa abriu o ano esperando bater 150 mil pontos, mas foi de 132 mil pontos no início do ano para 122 mil agora. Agente

não vê a bolsa tão barata desde 2015." No entanto, frisa, mesmo assim é preciso entender o perfil o apetite por risco e o prazo do investidor.

Costa diz que a bolsa brasileira é a preferida dos estrangeiros para prazos curtos, portanto, tem grande potencial de atração de recursos quando o Fed começar a reduzir juros, a depender das eleições americanas, cujo resultado pode gerar fuga de emergentes. "E aí vamos ver se vai ser um tiro curto até o fim do ano para chegar a 140 mil pontos ou se vai ser um movimento perene." Na carteira da Astra, o ano começou com aumento na exposição à **inflação** e redução na parcela prefixada, planos que seguirão no segundo semestre.

O sócio da Astra comenta ainda que a parcela de renda fixa que não precisa de liquidez imediata está com força em crédito privado, segmento que vem atraindo as atenções sobretudo a partir de fevereiro deste ano, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) restringiu emissões de títulos como LCIs, LCAs, CRIs e CRAs. Levantamento da área de pesquisa do banco ABC Brasil mostra que, somente até maio, a captação líquida de fundos com pelo menos 15% em crédito privado soma mais de R\$ 220 bilhões, sendo cerca de R\$ 30 bilhões em debêntures incentivadas.

Laurence Mello, responsável pela estratégia de crédito e alternativos da AZ Quest, lembra que a taxaço dos fundos fechados exclusivos ou restritos também elevou fortemente a demanda. Ele explica que, em um ambiente de cenário internacional incerto, quadro doméstico restritivo e juro real alto, entre 6,5% e 7,5% ao ano, a busca se concentra em investimentos conservadores. "Crédito é a classe de ativos que está entregando resultado", avalia. "As empresas com nota mais alta não estão no máximo delas, mas estão bem, no nível de segurança, apesar de alguns setores mais apertados."

Para ele, a forte redução dos "spreads" (diferença entre a taxa paga pelo papel e o título público de referência) vista do início do ano para cá não diminui a atratividade do segmento. "O spread não está alto, mas não está ultrajante." Mello acredita que os prêmios de risco das debêntures incentivadas ainda vão se manter apertados, já que o juro real está alto e esses papéis dão isenção de Imposto de Renda. E, afirma, o momento favorável às empresas levará muitas estreantes a acessar o mercado de capitais para economizar com crédito bancário. "Quanto maior o juro real, mais os investidores vão aguentar spreads de crédito apertados. Conforme for abaixando, é que elas vão exigir ajustes."

"Quanto maior o juro real, mais os investidores vão

aguentar spreads de crédito apertados" Laurence Mello

"Vimos aumento do risco político, fiscal e monetário e o mercado puniu diversas classes de ativos" Gustavo Vieira

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187914?page=1&section=2)**

# Decisão do STF sobre a correção do FGTS: reflexos e implicações (Artigo)

**Guilherme Ficagna Advogado trabalhista**

No dia 12 de junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão histórica que impacta milhões de trabalhadores brasileiros: a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esta decisão, que abrange a revisão da forma como o FGTS é corrigido monetariamente, tem gerado intensos debates e expectativas.

O FGTS é um direito dos trabalhadores brasileiros, criado com o objetivo de proteger o trabalhador em casos de demissão sem justa causa, além de outros casos específicos como aquisição da casa própria e aposentadoria. A correção monetária do FGTS, tradicionalmente feita pela Taxa Referencial (TR), tem sido alvo de críticas devido à sua defasagem em relação à **inflação**, o que reduz o poder de compra dos valores depositados ao longo dos anos.

O STF, em sua decisão recente, determinou que a correção do FGTS deve ser feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice que reflete melhor a **inflação** acumulada no período. Essa mudança pode representar um aumento significativo nos valores acumulados nas contas do FGTS dos trabalhadores, corrigindo distorções históricas que impactavam negativamente o saldo final disponível. Importante dizer que a nova forma de correção passa a valer apenas para os novos depósitos e não deve ser aplicado a valores retroativos.

A decisão tem implicações tanto econômicas quanto sociais. Economicamente, há o potencial de um incremento nos rendimentos dos trabalhadores, já que o IPCA historicamente supera a TR, especialmente em períodos de **inflação** elevada. Socialmente, a medida pode beneficiar milhões de famílias que dependem do FGTS para diversos fins, incluindo moradia e planejamento financeiro.

Os efeitos práticos da decisão ainda precisam ser acompanhados de perto. Embora represente uma vitória para os trabalhadores, há questões a serem esclarecidas, como os impactos no orçamento de empresas e no sistema financeiro nacional. Em síntese, a decisão do STF sobre a correção do FGTS pelo IPCA é um marco importante na busca por justiça econômica e social. Resta agora acompanhar como essa medida será implementada e quais serão seus

efeitos a longo prazo para os trabalhadores e para a economia brasileira como um todo.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

# Lula diz que Galípolo "tem toda condição" de presidir o BC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou, nesta quinta-feira (27), que o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, tem "todas as condições de ser presidente do Banco Central". Questionado se o diretor será sua indicação em 2025, Lula disse que ainda não fechou um nome.

A declaração foi feita em entrevista à rádio Itatiaia, em Belo Horizonte. Galípolo é o principal cotado para suceder o atual presidente do BC indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Roberto Campos Neto, que encerra o mandato no final de 2024.

"O Galípolo é um menino de ouro, competéntíssimo, de uma honestidade ímpar. Ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central, mas nunca conversei com ele (...) O cidadão que está lá tem mandato até dezembro, então eu não tenho pressa", disse Lula.

O petista disse que ainda não conversou com o diretor do BC sobre uma possível indicação, e que irá conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, antes de fazer a escolha. Galípolo esteve com Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto na última terça-feira (25), em uma reunião com foco na meta de **inflação**. No encontro, Lula deu aval para mudança na meta de **inflação**, com novo prazo de referência.

"Vou indicar uma pessoa que entenda muito de política monetária. Que goste do Brasil, que tenha compromisso com o Brasil (...) Na hora que disser que tem que aumentar a taxa de juros ele tem que explicar porque tem que aumentar. E, na hora que baixar, também tem que explicar por que vai baixar", comentou o presidente sobre a presidência do BC na entrevista.

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf)



# BC aumenta para 28% as chances de furar o teto

O Banco Central (BC) aumentou a sua estimativa da chance de a **inflação** de 2024 estourar o teto da meta, de 4,5%, no cenário de referência. Conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) divulgado ontem, a probabilidade passou para 28%. No último documento, de março, era estimada em 19%.

O cálculo tem como base a Selic variando conforme o relatório Focus e o câmbio atualizado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC). Já a probabilidade de a **inflação** ficar abaixo do piso da meta em 2024, de 1,5%, passou de 4% para zero. O centro da meta deste ano é de 3%.

Para 2025, a probabilidade de a **inflação** superar o teto da meta passou de 17% para 21%. A chance de a taxa furar o piso foi revisada de 11% para 9%.

Já para 2026, a probabilidade de a **inflação** superar o teto seguiu em 17%, assim como a de furar o piso continuou em 11%.

A partir do ano que vem, a autoridade monetária começará a perseguir uma meta de **inflação** contínua, e não mais de ano-calendário.

Conforme o decreto que regulamenta o novo sistema, publicado nesta quarta-feira, 26, pelo governo, vai se considerar que a **inflação** ficou fora do alvo quando o IPCA acumulado em 12 meses superar o teto da meta por seis meses seguidos.

Em uma reunião na quarta, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu que o centro da meta contínua será de 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos, como já é agora. O colegiado também confirmou que o IPCA será o índice usado para apurar a **inflação**.

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-cf29d6a7d5cd12a58a2bf256d5b31ad8.pdf)

# Ao lado de Lula, Haddad defende manter busca por equilíbrio fiscal

BRASÍLIA- O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu ontem que o governo federal siga perseguindo o equilíbrio fiscal tanto pelo aumento da receita quanto pelo lado da despesa. A fala aconteceu ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que no dia anterior havia questionado a necessidade de cortar gastos, em uma declaração que provocou a reação do mercado.

Por outro lado, o chefe da equipe econômica também falou que Lula "nunca desautorizou o ministro da Fazenda na busca do equilíbrio das contas".

Haddad participou na manhã de ontem da 3ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Participaram Lula, outros ministros do governo e integrantes da sociedade civil.

"Temos que proteger a nossa economia, e a forma é acelerar a agenda de reformas econômicas, macroeconômicas e microeconômicas no Congresso Nacional, acelerar o redesenho de políticas públicas, buscar equilíbrio fiscal, sim, pelo lado da receita e da despesa", afirmou o ministro da Fazenda.

"Não há outra forma de fazê-lo, com sabedoria, com inteligência para que não coloquemos em risco o crescimento que ajuda a estabilizar a dívida-**PIB**", destacou.

Anteontem, Lula colocou em dúvidas a necessidade de efetuar um corte de gastos para melhorar o equilíbrio fiscal do governo. "O problema não é que tem que cortar. Problema é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação. Temos que fazer essa discussão", afirmou Lula.

O ministro da Fazenda, no entanto, reiterou que nunca foi desautorizado pelo presidente Lula na sua atuação para buscar um equilíbrio econômico.

"O senhor resolveu enfrentar essa questão (equilíbrio fiscal) e nunca desautorizou o Ministério da Fazenda na busca do equilíbrio das contas, pelo lado da receita, sim, porque nossa receita caiu 2% do **PIB** pelas renúncias fiscais nos últimos anos, como apontado pelo TCU (Tribunal de Contas da União)", frisou Haddad.

Ele acrescentou que Lula pediu um redesenho das políticas públicas, que "vai ter sabedoria de saber o que fazer e não fazer para não prejudicar a população mais pobre desse país". (Renato Machado e Julia Chaib/Folhapress)

Campos Neto nega ter conversado sobre cargo

BRASÍLIA E São paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, negou ontem ter conversado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre um futuro cargo político após o fim de seu mandato na autoridade monetária.

"Nunca tive conversa com Tarcísio sobre ser ministro de nada. Sou muito amigo dele, continuamos conversando sobre economia, como sempre fizemos", disse. "Não tenho pretensão de ser político e de me candidatar a nada", afirmou.

No dia 10 de junho, Campos Neto participou de um jantar oferecido pelo governador em São Paulo. Ele sinalizou nessa ocasião aceitar ser ministro da Fazenda caso Tarcísio entre na disputa pelo Palácio do Planalto. Segundo Campos Neto, o debate sobre uma eventual participação no governo de Tarcísio visa politizar a sua atuação no BC. "Nunca teve essa conversa. Tenho dito que vou para o mundo privado", declarou. (Nathalia Garcia e Júlia Moura/Folhapress)

Febraban

Executivo defende o ministro das críticas

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, voltou a defender o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem, ao minimizar as pressões do mercado sobre as políticas econômicas e fiscais do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Estamos distantes de um descontrole fiscal, mas nenhum país está imune a isso", afirmou o bancário durante abertura da reunião do Conselhão. O grupo aconselha o governo federal sobre análise e criação de políticas pública?.

Isaac Sidney listou o compromisso de Haddad com o arcabouço fiscal e da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, "com mais racionalização dos gastos sem abrir mão dos programas sociais". "Não podemos baixar a guarda, e confio que o governo está atento a isso", alertou o executivo. (Manuel Marçal/ O Tempo Brasília)

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/login>